CORRUPTOCRACIA
O REGIME
POLÍTICO BRASILEIRO
György Miklós Böhm
2021
Atena
Editora
Ano 2021

CORRUPTOCRACIA
O REGIME
POLÍTICO BRASILEIRO
György Miklós Böhm
2021
Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Natália Sandrini de Azevedo
Daphynny Pamplona
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Capa
Carlos Gustavo Zagatto Lazzari

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Corruptocracia: o regime político brasileiro

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: O autor
Autor: György Miklós Böhm

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B676 Böhm, György Miklós
Corruptocracia: o regime político brasileiro / György Miklós Böhm. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-657-4
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.574211011

1. Democracia. 2. Contemporaneidade. 3. Corrupção. I. Böhm, György Miklós. II. Título.

CDD 321.8

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Ano 2021

SUMÁRIO

O QUESTIONAMENTO

O período da presidência de Michel Temer (2016 a 2019) caracterizou-se pela ansiosa espera do fim da dominância do Partido dos Trabalhadores (PT). A população dava pouco crédito ao vice-presidente que só ficou o primeiro mandatário do Brasil pelo impedimento da presidente Dilma Rousseff. Mesmo não sendo do PT, ele fazia parte do ocaso de longos anos de incompetências e corrupções sem precedentes. O tema do cotidiano da população nas demonstrações públicas e dos inflamados discursos dos candidatos às eleições próximas, ficou a corrupção. Acabar com ela era a ordem do dia.

Eu, aposentado da Universidade de São Paulo (USP), desperdiçando horas vagas fiz uma ode à corrupção que ficou na pasta das secreções cerebrais não qualificadas. Ecoava o que se ouvia a todas as horas na mídia:

ODE À CORRUPÇÃO

Ah, corrupção, corrupção!

Tão cara a meu coração!

Senadores, deputados

Gemem desesperados:

A antiga ordem, que maçada,

Nunca dantes tão ameaçada!

Não vale História, Tradição?

Desde a chegada do Cabral

Nosso Brasil é cartorial

E a arte é depredar.

Se não aprenderam a lição,

Meu Deus, só lhes resta capinar!

Fisco depena consumidor

Coronel, terras e lavrador.

Empresário, o trabalhador.

Nós somos escravos do povo

Desde que nos elejam de novo.

Ah, corrupção, corrupção,

Como choro a situação!

Amarga prisão empresário;

Na cela do lado, falsário.

Como a moda em Brasília,

Por Juscelino instituída,

Pôde ser assim demolida?!

É graças a torneira do BNDES

Que a obra pública cresce,

Oferece muitos bilhões

Com propina de milhões.

Apenas por fatura onerosa,

Prisões deste país nunca antes

Albergaram gente tão famosa.

Juízes, promotores, tratantes!

Que falta de consideração

Com empreendedores da Nação!

Ah, corrupção, corrupção,

Não há mais compreensão!

Lulopetismo e comparsas

Enterraram a esquerda digna.

Não colando mais suas farsas

Usam estratégia maligna.

Os fãs da ditadura popular

Que por democratas querem passar,

Da corrupção dizem precisar.

Invasões, exército rural,

Violência, tudo é natural,

"Do poder, a perpetuação

Nunca podemos abrir a mão! "

Assim seguem seus discursos

E exigem muitos recursos.

Como aniquilar Lava-jato?

"Ora, são militares de toga

Justiça também é uma droga! "

É só espalhar este boato.

Ah, corrupção, corrupção,

Remédio? Precisa não!

Não demorou muito que a pandemia envolvesse com seu manto pestilento a nação. Excelente época para negar compromissos e colocar as coisas nos eixos de sempre. As mudanças políticas, os novos discursos dos políticos e as informações da mídia, trouxeram-me um desconforto. Algo estava muito errado no meio em que vivia. Minha ode talvez fosse equivocada e o poema da corrupção era bem outro. Será que valeria à pena repensar? Tentar colocar as ideias em ordem? Afinal já ‘estava com 84 anos, próximo a lista de chamada. Então, como tantas vezes acontece na vida, uma ocorrência inusitada atuou como uma faísca e deflagrou as reflexões e os esforços que resultaram neste livro.

O deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) postou um vídeo no dia 16 de fevereiro de 2021. Uma vociferação exaltada, escatológica contra os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e frases de laudatória à ditadura militar que tivemos de 1964 a 1985. Nem teria visto e creio que se juntaria à enxurrada de lixo dos vídeos sem importância, se a mídia não tivesse noticiado que o deputado foi preso, em flagrante delito e enquadrado em crime contra a segurança nacional, por ordem do ministro Alexandre de Morais.

Espanto geral: ordem monocrática de um ministro do STF, vídeo que constitui flagrante delito, prisão de deputado, por pronunciamento, que é vedada pelo artigo 53 da Constituição.

Meu estranhamento particular: como uma pessoa que tem assento na corte suprema de um país, se ofende ou se importa com um destempero alucinado, sem conteúdo outro que elogiar a ditadura militar que tivemos e repetir mais de dez vezes a palavra merda, a fim de ofender os ministros do STF? Coisa que mereceria indiferença ou, talvez, pena.

As surpresas continuaram. Sem sequer pestanejar, o STF endossou imediatamente as medidas tomadas por Alexandre de Morais, fazendo seu o confronto constitucional. Fiquei curioso, qual será a reação do Congresso Nacional perante a imunidade ferida? Sem a aprovação dos deputados, o prisioneiro terá que ser liberado do cárcere e haverá um confronto entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

Três dias após o vídeo, a Câmara Federal aprovou, por ampla maioria a prisão de Daniel Silveira. O presidente da Câmara prometeu modificar a Constituição para melhor esclarecer seu artigo 53!

Nesta loucura, em que um vídeo, que parece de um drogado, é considerado flagrante delito, ameaça à segurança nacional e retira a imunidade de pronunciamento dos parlamentares. Então, para surpresa de muitos, talvez já sóbrio, até que Daniel Silveira

disse coisa com coisa. Transcrevo o que li na mídia, dando como fonte a Agência Câmara de Notícias:

> *“As consequências desta decisão jamais vão se limitar à minha vida".*

Certamente. As manifestações nacionais foram imediatas e muitas, sobretudo de juristas e alguns de reconhecida competência. Levantaram questões como: Postagem de vídeo pode ser flagrante delito? Ofensas contra personagens de relevo na política podem ameaçar a segurança nacional? São motivos para perder imunidade parlamentar?

Acredito que em situação normal, que não é a nossa, seu partido (PSL) deveria expulsá-lo de seus quadros e, depois, após os trâmites estabelecidos, ter seu mandato cassado pela Câmara. Os que foram ofendidos, procurariam justiça. Escrevi uns comentários e mandei para amigos em 20 de fevereiro de 2021. Entre outras, disse que na minha previsão haverá um longo caminho a percorrer e que terminará em nada, ou seja, ele continuará deputado federal. Mais um político sem decoro parlamentar não é novidade.

Fiquei pensando. As ameaças reais à democracia são os poderes executivos incompetentes, imprevidentes e irresponsáveis que não providenciaram infraestruturas, abandonaram obras necessárias, gastaram exorbitâncias em inutilidades, e por aí vai. Os poderes legislativos com interesse primário no próprio bem-estar. Ser parlamentar é antes uma profissão lucrativa do que um compromisso cívico. O custo dos poderes legislativos federais, estaduais e municipais é imenso. Quanto aos poderes judiciários do Brasil, eles sempre beneficiaram quem pudesse pagar. Creio ser notório que as constituições e legislações sempre favoreceram crimes de colarinho branco e os bandidos poderosos. O crime no Brasil compensa. Resta saber até quando o povo aguentará a criminalidade, a insegurança diária e as injustiças sociais.

O caso Daniel Silveira chacoalhou a democracia em que vivo e me provocou reflexões. Este tempo de COVID e mais minha aposentadoria, oferecem tempo para pensar, analisar e escrever. Afinal, nunca me dediquei ao regime político que me rodeia. Agora posso viajar ao passado, prestar atenção no presente e escrutinar o futuro. Como está a democracia brasileira?

Vivo no Brasil desde dezembro de 1947. Meu entendimento pleno de que políticos e regimes políticos faziam parte da nossa existência, surgiu no suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954. Aos 17 anos, estava em uma aula do 2º colegial do Colégio Anchieta, em Porto Alegre, quando entrou um dos padres jesuítas e comunicou o acontecimento, disse que fossemos imediatamente para casa, pois teríamos demonstrações violentas nas ruas.

Foi um choque, pelo menos a mim. Meu conhecimento de política não passava de leituras. Lia muito desde pequeno e gostava de livros de História. Conhecia reis, imperadores, tiranos, caciques, sátrapas, mandarins, conquistadores, até as democracias gregas. Tudo

livresco, vivência zero e, sem interesse na atmosfera política que respirávamos. A trágica notícia e as informações dos dias de violência que seguiram com muita destruição e sangue, as agonias pelas quais a nação passou até estabelecer a normalidade com a posse de Juscelino Kubitschek, em 31 de janeiro de 1956, teve minha atenção e diria que neste período de um ano e meio fiquei um cidadão responsável, inteirando-me dos acontecimentos políticos e assumindo meus deveres cívicos.

A história do Brasil conheci pelas obras dedicadas a ela. Li muito desde os volumes de Pedro Calmon até os livros mais suscintos e excelentes de Jorge Caldeira. Também me interessei pela história de alguns estados, sobretudo de São Paulo, onde vivo a partir de 1962. Minha incursão pessoal na história não passara de uma biografia de Enrico Caruso, o lendário cantor, e outra de Paciano Rizal, que me permitiu uma incursão nas Filipinas. Agora, aposentado e em quarentena, tenho todo tempo deste mundo para ver o que está acontecendo no país.

Eleito graças a rejeição do povo da corrupção escancarada e imensa da era PT-Lulista, temos um Executivo chefiado por um capitão incompetente, destemperado, sem preparo para ocupar a presidência. Tendo sido toda vida professor universitário da área médica, acompanho mais seus ministérios de Educação e Saúde e só posso dizer que são uma tristeza.

O Legislativo, há muito que é imprestável. Talvez desde a época da Proclamação da República. A maioria das pessoas se elege não para o bem do Brasil, mas para assegurar sua estabilidade econômica. Deputados e senadores quase sempre consideram seus mandatos como uma profissão e não uma missão. Fizeram constituições verbosas e precárias, uma após a outra. A última de 1988 é uma desgraça, inutilmente detalhista; ao querer prever tudo, pouco resolve. só é possível governar por meio de milhares de Medidas Provisórias. O Congresso, ao longo das décadas, inchou o número de políticos federais, estaduais e municipais, inventou uma série de benesses e ficou uma das mais caras e inoperantes do mundo. Basta examinar as remunerações e benefícios de um senador ou deputado e compará-lo com seus pares do primeiro mundo.

O Sistema Jurídico do Brasil é o pior dos três pilares de nossa democracia. Feito para beneficiar a classe de poder e só encarcerar o pobre. Estimula a corrupção, tráfego de drogas, assaltos e outros descaminhos. Crime compensa neste país, desde que feito por gente rica que pode pagar os advogados de grande prestígio profissional. O importante ao criminoso é conseguir a fortuna necessária para sua defesa.

O Supremo Tribunal Federal, corte maior da nação, nada corrige, pelo contrário. Não é de se estranhar tantas manifestações contra o STF, que se defende acusando que estão querendo acabar com a democracia. Engano, senhores ministros, desejam substituir vocês e não a entidade que servem.

Temos que aceitar uma realidade melancólica: a República e seus próceres não conseguiram elevar o Brasil para o primeiro mundo, apesar do território imenso que temos, cheios de riquezas incalculáveis.

Desculpem por ter sido repetitivo.

Vendo tudo isto, resolvi entender melhor esta evolução do nosso regime político. Afinal das contas, como chegamos nesta desgraça? Somos uma nação democrática? Será que o Brasil Império foi melhor e não deveríamos ter passado à República Federativa? Outras democracias do Planeta sofrem dos mesmos males? A democracia é realmente o melhor tipo de regime político? Existem linhas vermelhas que não se pode passar? Finalmente, perguntei-me: afinal das contas, o que é a democracia e como deveria ser? Dúvidas básicas que exigiam respostas e as que encontrei são o conteúdo deste livrinho.

Decidi rever as origens. Fui à península mais famosa da Europa.

O ALVORECER DA DEMOCRACIA

Mergulhar nas páginas da História é inevitável. Penso que a advertência de Hermann Hesse no seu celebrado livro *O Jogo das Contas de Vidro* seja oportuno a recordar: *estudar história significa entregar-se ao caos, conservando a crença na ordem e no sentido*.

A democracia na Grécia Antiga foi uma esplêndida jornada que sempre será admirada pela humanidade.

Considerando os tempos da História, sua duração foi breve, menos de trezentos anos. O passo inicial não tem data e mesmo a era de sua consolidação como regime político é discutido. Uns colocam na época de Sólon (638-559 a.C.), um dos sete sábios da Grécia, e outros na de Clístenes (565-492 a.C.), eminente estadista na época de ouro de Atenas. Prefiro Sólon porque dá quase cem anos de vida a mais à Democracia Grega e acho que germinou a semente. Clístenes colheu frutos de árvore madura.

O final da primeira experiência democrática do mundo tem uma data mais exata, 322 a.C., quando termina a Guerra Lamiaca com a vitória definitiva dos macedônios sobre as alianças das cidades-estado gregas.

E antes de Sólon?

Algo sabemos, estudando sua vida e, felizmente, muito se escreveu sobre esta pessoa excepcional. Nasceu numa das casas patrícias mais eminentes de Atenas e foi estadista, legislador, viajante, filósofo e poeta. É possível que seja descendente de Codro (1089 – 1068 a.C.), rei de Atenas. Isto pode não ser verdadeiro, porém permite esclarecer uma coisa importante.

Codro foi o último rei de Atenas, pois seu filho, Medonte, em vez de rei passou à história como **arconte**, ou seja, traduzindo: governante ou senhor de Atenas. A tradição hereditária foi abandonada e o grupo que detinha o poder optou por um sistema de governança que elegia, a cada dez anos, nove arcontes para diversas obrigações político-administravas, entre os homens mais abonadas de Atenas. As mulheres não tinham participação na política. Os arcontes, por sua vez, elegiam um deles como magistrado principal, denominado de **arconte epônimo,** pois seu nome designava o ano. Com o passar do tempo, os nobres ficaram mais cautelosos e os mandatos do magistrado principal passaram de dez a um ano apenas. Daí acho que podemos deduzir que este regime oligárquico passou por altos e baixos e teve arcontes bons e ruins; as crônicas mencionam a existência de tiranos. Este regime político, que me parece uma típica oligarquia, durou mais de quatrocentos anos e deu passagem à democracia.

Foi neste sistema, dominado por uma elite pequena da qual fazia parte, chamada de **Conselho Areópago**, que Sólon foi eleito diversas vezes como arconte. Sabemos até que uma vez *foi* arconte epônimo, no ano de 594 a.C. Homem carismático, produtivo, inovador e sensível às diferenças sociais. Há que imaginar uma cidade com área rural dominante

e com menos de cem mil habitantes, metade deles escravos. A população de cidadãos adultos não teria passado de quinze a vinte mil indivíduos, sendo que a grande maioria era de lavradores pobres. Mesmo entre aqueles que possuíam bens, existia rígida separação de classes de acordo com sua riqueza; as autoridades em história grega, mencionam quatro classes e, antes de Sólon, só a mais rica podia fazer parte do Conselho Areópago de Atenas e deter eminentes cargos públicos. Devia se restringir a menos de cem pessoas na época de Sólon. Sem dúvida, oligarquia era o regime político de Atenas.

Atribui-se a Sólon substanciais mudanças na jurisdição severa vigente que era a draconiana, feita por um indivíduo chamado de Draco. Por exemplo, aboliu a escravidão daqueles que não pagavam suas dívidas, mais frequentemente das terras que lhes arrendavam os donos. Também definiu cidadania, dando participação política na vida democrática a muito mais pessoas, a todos os homens adultos que tivessem propriedades. Ficaram excluídos os escravos, mulheres, a população masculina pobre e todos os estrangeiros estabelecidos em Atenas.

Os cidadãos tinham direito e obrigação de participar da **Eclésia**, assembleia geral, sempre que convocada para importantes resoluções. Também transformou a **Bulé**, tradicional conselho de aristocratas, no **Conselho dos Quatrocentos**, representados de forma igualitária pelas tribos atenienses, que tinha a atribuição de supervisionar os acontecimentos diários e a agenda política. As tribos eram quatro, resultantes da descendência migratória dos povos gregos ao Peloponeso, da diversificação de tarefas e classe de riquezas. Portanto, moldadas por conveniências sociais e determinações políticas, como fica evidente, quando na época de Clístenes, encontramos em vez de quatro, dez tribos. Com a criação do Conselho dos Quatrocentos, o tradicional Areópago ficou apenas o guardião das leis.

Portanto, acho importante resumir: Atenas tinha um **Executivo** constituído pelos arcontes liderados pelo arconte epônimo; uma espécie de **Parlamento**, o Conselho dos Quatrocentos; um **Jurídico** bem rudimentar, o Areópago; e uma estrutura importante no regime político que caracteriza a Democracia, a **Eclésia** que equivaleria ao atual conceito de **plebiscito**, apenas de participação limitada.

Quando Sólon se afastou para conhecer o mundo, uma viagem de dez anos, Pisístrato assumiu o poder, ignorou a Democracia e Atenas voltou a ser uma Oligarquia. Como já mencionei, a presença de tiranos nas cidades-estado gregas não é rara nas narrativas históricas da época.

Tão importante à democracia ateniense quanto Sólon, foi Clístenes (565 – 492 a.C.). Também pertenceu à aristocracia ateniense. Ele sucedeu um tirano e, além de arconte epônimo, foi personagem dominante na política de Atenas por muitos anos. Liderou uma revolta da população, reformou a Constituição em 508 a.C. e aperfeiçoou muito a democracia.

Atenas dominava a península Ática que tinha vários povoados, entretanto suas populações não foram consideradas no conceito de cidadania por Sólon. Clístenes incluiu-os, desde que fossem homens livres com mais de 18 anos, assim como incluiu as pessoas livres sem propriedades da cidade. Com estas corajosas medidas, aumentou consideravelmente os participantes na democracia e diminuiu o poder da oligarquia. Os cidadãos tinham direito e obrigação de participar de assembleias, a Eclésia, sempre que convocada para importantes resoluções.

Nesta época, Atenas já tinha uma economia superior aos seus vizinhos cidades-estados. Também era a mais populosa cidade-estado da Grécia. Incluindo seus territórios em Ática, tinha 150.000 atenienses, 50.000 estrangeiros e 100.000 escravos. Há que considerar que são números aproximados e que incluem ambos os sexos. Assim, não sabemos o número de cidadãos com direito a voto, entretanto podemos estimar em torno de 50.000 já que as mulheres e menores de 18 ou 21 anos (há informações controversas) foram excluídos. Existem outros dados importantes que dão credibilidade a esse número.

A Eclésia era realizada, inicialmente, na Ágora de Atenas, a principal praça pública. Com o decorrer dos anos, a colina de Pnyx passou a ser sua sede tradicional. Ora, nela cabia umas 20.000 pessoas e a falta de comparecimento no século IV foi tão sério que se pagava aos cidadãos para comparecer aos plebiscitos. A informação de que resoluções importantes eram tomadas apenas com 6.000 votos, também aponta para assembleias gerais um tanto vazias. Finalmente, para maior conforto, a Eclésia passou a se realizar no Teatro de Dionísio, onde se encenavam as tragédias e comédias importantes. Até hoje suas ruinas bem conservadas causam admiração e alegria aos visitantes. Pois bem, o Teatro de Dionísio comportava um pouco menos pessoas do que a Pnyx. Assim, provavelmente, nem a metade dos cidadãos cumpriam seus deveres políticos. Fico pensando se as distâncias não poderiam ter sido um sério impedimento, já que grande parte da população ateniense vivia nas áreas rurais e não na cidade. Os deslocamentos e pernoites fora de casa dos cidadãos, com certeza deveriam ter sido complicadas para toda família.

Como disse acima, a Eclésia é plebiscito, consulta ao povo. Há que lembrar que as democracias atuais têm populações incomparavelmente maiores. É possível propor uma questão e obter uma resposta popular por votação, como nas eleições presidenciais e outras. Possível é, mas impraticável como rotina. Os plebiscitos atuais são raríssimos e a função da Eclésia da democracia grega antiga, em maior parte é assumida pelos parlamentos. Contudo, a diferença, sob todos os aspectos é muito grande, diria incomparável como participação cidadã e mesmo como regime político.

Atenas nunca teve um Suprema Corte como os Estados Unidos e que serviu de modelo à maioria das democracias. Seu sistema jurídico foi dividido entre vários conselhos que mudavam frequentemente. A última instância era a Eclésia.

A beleza da democracia de Atenas - creio que posso estender às outras cidades-

estado da Grécia Antiga - é que encontrou a essência da democracia que não são apenas eleições, decisões da maioria ou o governo pelo povo. Estes conceitos, a meu ver, são fragmentos dela. O essencial é um estado de espírito de direitos, deveres e liberdades, em que os cidadãos participam da política, a minoria acatando as decisões da maioria e essa, não só tolerando, mas exigindo o contraditório, as manifestações da oposição, possibilitando a alternância no poder e nas decisões. Além de garantir, cultivaram a liberdade de expressão de apoios, desaprovações, louvores, críticas, contestações e considerações de todos os tipos.

Este estado de espírito foi clareamento formulado em Atenas na época de Clístenes: isonomia, isocracia e isegoria.

Isonomia é o princípio da igualdade, geralmente formulado nas democracias como todos são iguais perante a lei. Tem dois aspetos, a igualdade perante a lei e a igualdade na lei. Portanto, é imperativo que os legisladores não façam leis, normas e nem medidas provisórias discriminativas. Infelizmente podem e um excelente exemplo são as leis brasileiras que foram talhadas para proteger os ricos e poderosos. A igualdade na lei, se refere a aplicação dela: os poderes não deveriam fazer qualquer discriminação. Entre nós, a regra é discriminar como atesta o pobre e sem padrinho influente que aguarda seu julgamento na prisão, enquanto o rico e o poderoso permanece livre até dois julgamentos concluídos, e mesmo isto pode ser revertido, como mostrou nosso Supremo Tribunal Federal, no ruidoso caso do presidente Lula.

Isocracia determina que os cidadãos têm igual poder político, ou seja, de governança. Foi uma extensão da isonomia e garantiu o caráter participativo da democracia ateniense. Qualquer cidadão podia ser eleito para os mais altos cargos públicos. Um conceito discutido desde os primeiros tempos da democracia, até os dias atuais.

Isegoria, já dicionarizada em português. Foi um direito da democracia ateniense que garantia aos cidadãos participar da Eclésia e o **direito de falar durante o mesmo tampo que todos, sem interrupções**. Bem ao contrário de muitos parlamentos, o do Brasil por exemplo, onde, mesmo em debates triviais, a arte é abafar a voz dos adversários. A isegoria possui um obstáculo universal e invencível: a limitação genética. As pessoas não nascem com as mesmas habilidades de concatenar ideias e expô-las oralmente em público. Não me refiro às faltas de oportunidade na educação, mas sim a diferenças impostas pela natureza. Como exemplo, posso citar excelências públicas recentes: Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff.

É certo que outras cidades gregas também adotaram formas democráticas de governo, discutivelmente seguindo o modelo ateniense. Contudo, de longe a melhor documentação que a História oferece é a de Atenas, o que explica que esta cidade tem a glória de ser considerada o berço da democracia.

Ao meditar sobre a importância dos relatos que a humanidade possui, surgiu na minha cabeça uma dúvida desconfortável: será que a democracia realmente começou na Grécia Antiga?

Há dois mil e muitos anos atrás, a Terra já estava semeada de agrupamentos humanos diversificados, desde coletores-caçadores, tribos, povoados de agricultores, cidades-estado e impérios. Estes últimos são os mais conhecidos porque tinham escrita e deixaram monumentos, porém as unidades comunitárias menores, de 200 a 100,000 pessoas, certamente eram muito mais numerosas, mas deixaram pouco ou nenhum vestígio. Quais foram seus regimes políticos? Nos mais primitivos e pequenos, o domínio de um alfa-macho, entretanto nos outros não sabemos e penso que nunca saberemos. A probabilidade de que alguns agrupamentos humanos tivessem feito ensaios democráticos de governo, acho muito grande. A ideia da democracia poderia ter nascido em qualquer cabeça, mas sua prática só em comunidades, relativamente, pequenas.

Justamente essa foi a razão que as cidades gregas puderam se aventurar em democracias. Na dispersão humana pela Planeta, a presença do *Homo sapens sapiens* na península balcânica deve ter sido, relativamente, precoce devido à origem da nossa espécie no sudeste africano. Não temos datas confiáveis para a ocupação pelos caçadores-coletores, que precederam os agricultores centena de milhares de anos. Os indícios de atividades agrícolas no Peloponeso datam entre o sétimo e oitavo milênio a.C.

O desenvolvimento das comunidades humanas é ditado pelas condições geográficas. As tribos que chegaram ao extremo da península balcânica da Europa encontraram uma região cercada e recortada por três mares: ao sul o Mediterrâneo, à leste o Egeu e à oeste o Jônico. Uma geografia peculiar caracterizada por acidentes: estreitos que ligam um mar ao outro, inúmeras ilhas e centenas delas habitáveis, penínsulas em toda parte que se projetam nas águas formando golfos caprichosos; terreno pedregoso com montanhas altas, sendo que o venerável Olimpo chega quase a três mil metros de altura. Nada que obrigasse ou favorecesse a unificação dos agrupamentos humanos, como no Egito ou Mesopotâmia, em grandes impérios. O destino dos gregos era a cidade-estado.

Assim, os diversos grupos viviam separados em cidades-estado, sem desconhecer que pertenciam a mesma etnia, pois se chamavam de helenos e todos os outros de bárbaros. No início cada cidade-estado tinha como governante um rei. Isto fica claro nos primeiros poemas épicos da Civilização Ocidental, *Ilíada* e *Odisseia*, atribuídas a Homero (século VIII a.C.) e nas obras clássicas dos historiadores Heródoto (485 – 425 a.C.), Tucídides (460 – 400 a.C.) e Xenofonte (430 – 354 a.C.).

Acho curioso que, assim separados, desenvolveram uma escrita quase única. A evidência escrita mais antiga da língua grega é datada entre 1450 e 1350 a.C., o que faz do grego a língua viva registrada mais antiga do mundo.

Voltando a dúvida que me inquietou, despertei para o fato de que, hoje, onde vivo, há numerosos povos indígenas, separados em tribos grandes e pequenas, cujas regimes políticos desconheço completamente. Será que há alguma com características democráticas?

Uma interrogação que poderá ser satisfeita procurando nossos antropólogos, estudiosos das culturas de nossos primeiros habitantes. Bom assunto para depois de dar um ponto final nestas reflexões sobre a política inquietante em que vivo. Creio que está na hora de voltar à Grécia.

No século IV a.C., Atenas alcançou seu brilho máximo: a era de ouro de Péricles (495 – 429 a.C.) que foi o estadista mais importante da época. Orador brilhante, líder militar vitorioso e campeão da democracia. Foi arconte apenas por um ano, seguindo a legislação em vigor, entretanto teve o poder político até o fim de sua vida, graças suas habilidades. Como todas as grandes personagens da história, Péricles é idolatrado, admirado, criticado e odiado nas obras à nossa disposição.

Os gregos não tinham muita riqueza e o comércio ainda foi pouco desenvolvido, mesmo na época de Péricles. Exportavam cerâmica, vinho e azeite. O comércio leva ao intercâmbio, à interdependência, porém os gregos preferiam a autossuficiência dentro de suas cidades-estado. Como repara Arnold Toynbee no seu livro sobre Helenismo, a alma grega era mais especulativa que experimental. Exportaram, como ninguém no mundo Ocidental, filosofia, ciência e estética.

Neste período, Atenas ficou a mais proeminente de todas as cidades-estado. As flores e frutos intelectuais de toda Grécia concentravam-se em Atenas, embora muitas raízes estivessem além de seu território. O melhor do Teatro Grego estava lá. Quem não conhece o trio clássico da tragédia grega? Ésquilo (524 – 455 a.C.), Sófocles (496 – 404 a.C.) e Eurípides (480 – 406 a.C.). A mais celebrada das acrópoles foi resultado dos esforços de Péricles. Conseguiu trazes os melhores arquitetos e escultores gregos para Atenas que, além de outras construções primorosas, fizeram o Partenon. Um templo que glorifica a humanidade com sua elegância estrutural, magníficas colunas e decorações maravilhosas que saíram da oficina de Fídias.

Os louros foram dados a Péricles, não há dúvida e nem tenho condições de discutir seu merecimento. Só faço uma observação: Na História quem deixa legados para as gerações futuras, a posterioridade, são sempre os poderosos e ricos, intelectuais e artistas, os inúmeros outros ficam anônimos, embora tendo regado as realizações e o progresso com o suor e sangue de seus corpos.

Acho muito importante ouvir as vozes dos três gigantes do pensamento grego: Sócrates, Platão e Aristóteles. Eles viveram e respeitaram a Democracia, porém apontaram seus principais problemas. Além disso, adoro ler e reler o que nos deixaram.

SÓCRATES

Sócrates (469 – 399 a.C.) viveu na época de Péricles, tinha quarenta anos quando este morreu. Não deixou nada escrito, de modo que só o conhecemos através de outros, principalmente pelas obras de seu discípulo Platão que, com toda certeza, compartilhava com suas ideias.

Para Sócrates, a democracia nasceu da revolta do pobre contra a oligarquia. Teria dito de acordo com Platão: a democracia é cheia de liberdade e generosidade e cada um pode viver a seu modo. Pensava que era "*uma forma fascinante de governo, cheia de variedade e desordem, dispensando um tipo de igualdade tanto entre os iguais quanto entre os desiguais, porém, os cidadãos são dominados por desejos desnecessários e estão sempre gastando, nunca produzindo. Faltas-lhes talentos, objetivos justos e palavras sinceras, como resultado, o Estado é governado por pessoas que não são adequadas para governar*." Certamente, não é uma ode de louvor ao regime político em que viveu.

No livro 8 da *República* de Platão, Sócrates declara, em ordem, as outras sociedades imperfeitas, além da democrata, com uma descrição da estrutura e caráter individual do Estado. Assim, na **Timocracia** a classe dominante é composta, principalmente, daqueles com caráter de guerreiro. Na **Oligarquia** é composta por uma sociedade na qual a riqueza é o critério de mérito e os ricos estão no controle. Na **Democracia** o estado tem semelhança com Atenas, onde as características são igualdade de oportunidades políticas e liberdade para o indivíduo fazer o que quiser. A Democracia então degenera em **Tirania**, devido ao conflito entre ricos e pobres, que é caracterizada por uma sociedade indisciplinada existente no caos, onde o tirano se destaca como um campeão popular, levando à formação de seu exército privado e ao crescimento da opressão.

Palavras que nos chegam através de dois milênios e soam totalmente atuais. Não faltam tiranias nascidas das democracias africanas e, aqui na América do Sul, a Venezuela está chegando lá, se é que já não chegou.

Em vez da retórica e persuasão, Sócrates diz que a razão e a sabedoria deveriam governar. Lemos na *República*:

> ... Até que os filósofos sejam reis, ou até que os reis e príncipes deste mundo tenham o espírito e o poder da filosofia, até que a grandeza política e a sabedoria se encontrem, e até que a natureza dos plebeus, que perseguem uma (política) até a exclusão da outra (sabedoria), seja forçada a se retirar, as cidades nunca se livrarão dos seus males... não, nem a raça humana, segundo creio.

Sócrates continua afirmando que, até que isso aconteça, a humanidade terá de se contentar com uma sombra de justiça, caracterizada por uma mentira que diz que aqueles que governam merecem fazê-lo e que aqueles que são governados também o merecem.

Reis-Filósofos, a meu ver uma improbabilidade, são exaltados por Sócrates e descreve-os como “aqueles que amam a visão da verdade” e faz uma analogia valendo-se de um capitão e seu navio, e de um médico e seu remédio. Segundo ele, o manejo da vela e a preservação da saúde não são coisas que todos estão qualificados a fazer por natureza.

Uma grande parte da *República,* aborda como o sistema educacional deve ser para produzir reis-filósofos e a voz é mais de Platão que de Sócrates.

A aristocracia no sentido de governo (*politeia*) é defendida na *República* de Platão, pois é a mais próximo do regime governado por um rei-filósofo que se baseia na sabedoria e na razão. É evidente que estes filósofos não estavam contentes com as eleições populares.

Aqui penso nos dois mil e muitos anos que nos separam e a importância de perceber que conceitos e valores são diferentes dos nossos. A aristocracia atualmente tem uma conotação negativa que na Grécia Antiga, onde caracterizava a elite econômica e intelectual da cidade-estado, era apenas eventual. É importante lembrar e considerar que na época não havia um sistema educacional universal e obrigatória, o que torna nossas sociedades bem diversas.

A eleição democrática tem problemas, além de eleger governantes incompetentes. Este é um tema complexo que merecerá várias abordagens. Aqui é suficiente dizer que as populações de democracias presidenciais elegem pessoas de uma lista apresentada pelos partidos. Se percorrermos a galeria de presidentes que tivemos em nossa República, verificamos que só alguns poucos foram pessoas de valor. No século XXI, nem se fala. As eleições por corporações de elite levam vantagem e basta olhar para o Vaticano, onde o Papa é escolhido pelos cardiais da Igreja. Podemos recuar um século sem encontrar um que não fosse do mais alto padrão intelectual e moral. Quanto às qualidades humanas éticas, morais e intelectuais, a galeria dos dirigentes da Igreja Católica é melhor do que de qualquer democracia ou monarquia. Penso que reis-filósofos não costumam surgir de eleições populares e nem nascer de direitos hereditários.

Sócrates foi acusado, formalmente, pelas suas ideias e ensinamentos contrários à ordem vigente em Atenas. Possivelmente a causa real, não declarada no processo de acusação, foi sua campanha aberta contra os sofistas. Estes, totalmente aceitos pelo sistema, pertenciam a uma antiga e tradicional escola de educadores que faziam discursos públicos e vendiam seus serviços de ensinar a arte da oratória e as habilidades de governar. Persuadir e falar bem em público era essencial para a eleição aos cargos governamentais. Pelo que se sabe, suas clientelas eram os filhos dos homens de poder das cidades-estado. Além de ser contra a cobrança pela educação, Sócrates também condenava esta atividade pelo resultado. Este tipo de instrução, como lemos em Platão, não podia levar à *aretê*, que significa excelência, perfeição, virtude.

A postura de Sócrates acho particularmente excepcional, incrível mesmo. Apontou

e condenou um dos cancros, até agora incurável nas eleições democráticas, o de maquiar candidatos a eleições. Percebeu os primeiros sementes da propaganda eleitoral, uns dois mil e quinhentos anos antes de aparecerem os Duda Mendonças da vida. Atualmente, ter dinheiro para a campanha eleitoral é tão importante que, por aqui, se encontrou uma fórmula para que os contribuintes pagassem aos partidos, a fim de que apresentassem fantasias de candidatos. Nos Estados Unidos os gastos são bilionários, porém, pelo que entendo, provêm de doações e não do erário público. Na realidade a população não vota em uma personalidade verdadeira, mas num indivíduo resultante do cuidadoso preparo de firmas especializadas de promover produtos comerciais. As populações votam em uma embalagem e não no seu conteúdo. Tudo muito natural, é o que temos.

O julgamento e morte de Sócrates foi descrito por Platão e, desde então, analisado, reanalisado, discutido e rediscutido. Há um livro mais recente muito bom escrito por Benjamin Jowett, *The Trial and Death of Socrates*, naturalmente baseado nos escritos de Platão. Aqui tocarei apenas no que me interessa mais.

Ele foi acusado por três pessoas, sicofantas escolhidos a dedo para a tarefa de acusá-lo e sugerir a pena de morte. O tribunal de 501 membros deu uma sentença com duas opções: uma que lhe impedia a ensinar para sempre e a outra, a habitual morte por veneno. O filósofo poderia ter fugido, mas preferiu morrer. Teria dito:

> Deixaram-me a escolha entre duas opções: a primeira, que conheço, é viver sem passar meus conhecimentos adiante, isto é horrível, e a segunda, que não conheço, é morrer; pois escolho o desconhecido.

Enfim, uma condenação por criticar a democracia existente. Neste caso o regime político de Atenas negou a si mesmo.

PLATÃO

Platão (428 – 347 a.C.) foi um dos maiores filósofos de todos os tempos. Os seus admiradores mais ardorosos afirmam que tudo que foi escrito depois dele, parecem rodapés à sua obra. Acho que há boa dose de exagero nisto, mas quem sou eu para discutir com filósofos. Com certeza teve enorme influência sobre os intelectuais do universo cristão e árabe por séculos e séculos. Também tem o mérito de fundar a Academia de Atenas, que pode ser considerado como a primeira instituição de Educação Superior da Civilização Ocidental. Foi aluno de Sócrates e professor de Aristóteles, melhor que isto para um educador é impossível.

Ele nasceu na mais distinguida aristocracia e viveu até aos oitenta anos. Conheceu de vivência os vários sistemas de governo do universo grego, monarquias e democracias, e refletiu extensivamente sobre a política. Foi muito produtivo e seus escritos foram

cuidadosamente reunidos e autenticados. São mais de 40 obras reunidas no *Corpus Platonicum*. Platão dá voz a Sócrates em sua obra *República*, onde em vários diálogos orienta discussões sobre temas fundamentais da existência. Sobre a democracia as ideias essenciais já vimos acima.

A execução de Sócrates, em 399, abalou Platão profundamente. Ele considerou esta ação de Atenas uma depravação moral e evidência de um sistema político defeituoso. Juntou sua voz a de Sócrates, aprovando o governo democrático por filósofos. Neste particular, a essência de sua mensagem posso resumir dizendo que acreditava que poucos são adequados para governar, pois para isto precisa razão e sabedoria. Para o gigante dos filósofos o melhor seria um regime dirigido por um rei-filósofo, ou seja, pessoa educada para ter estas virtudes. Embora não me recorde de ele ter considerado, não vejo como isto poderia ser fruto de eleição popular.

Justiça e virtude são temas essenciais para julgar regimes políticos, nisto ele segue seu mestre, Sócrates. Onde parece acrescentar algo original é no seu paralelo do indivíduo e a cidade-estado; esta nada mais deveria ser do que o ser humano. Ele busca uma harmonia entre as diferentes faculdades da alma e as diferentes diretrizes da cidade. Ambos deveriam orientar suas ações pela razão, a fim de conseguir o equilíbrio e justiça geral.

ARISTÓTELES

Aristóteles (384 – 322 a.C.), discípulo de Platão, é a personagem fundamental no ocaso da democracia grega.

Bem-nascido em Estagira , pequena cidade da Trácia, seu pai foi um homem de grande prestígio. Chegou a ser médico do rei da Macedônia, Amintas III. As guerras que traçavam novas fronteiras a seu redor, não parecem ter incomodado Aristóteles. Na adolescência foi à Atenas para se aprimorar e frequentou a Academia enquanto Platão viveu. Após a morte do mestre em 347 a.C., Aristóteles trabalhou em várias cidades-estado a convite de seus governadores democratas ou tiranos, até que o sucessor do rei Amintas, Felipe II o chamasse à Macedônia, em torno de 343 a.C., para educar seu filho Alexandre. Este rei tinha conquistado Trácia, a terra natal do filósofo, incluindo-a no império que formava.

A tarefa de Aristóteles de educar Alexandre foi muito gratificante e durou em torno de três anos, quando seu aluno partiu para sua jornada de guerreiro, aos 16 anos, e que o tornaria imortal.   Seu sucesso como militar é celebrado porque nunca perdeu uma batalha sequer e criou o maior império de sua época. Recebeu o epíteto de grande e assim entrou na História: Alexandre o Grande.

Aristóteles voltou para Atenas e, em 335 a.C., abriu as portas de seu educandário

dedicada ao deus Apolo Liceu, com o tempo batizado de Liceu e seus alunos de peripatéticos, pois o mestre preferia ensinar caminhando com eles.

Em 323 a.C. Alexandre morreu em Babilônia, aos 32 anos e grande parte de seus exércitos voltaram a Macedônia, ameaçando as cidades-estado gregas. A atmosfera anti-macedônica generalizada não era mais salubre a Aristóteles – pudera, foi o professor de Alexandre! - e se mudou para a casa de sua mãe, na ilha de Cálcides. Lá ele faleceu no mesmo ano que terminou a Democracia da Grécia Antiga, em 322 a.C., vítima de alguma enfermidade.

A enorme produção intelectual de Aristóteles é espantosa pela variedade e qualidade. Praticamente investigou todas as gavetas do conhecimento da época e seu legado, o *Corpus Aristotelicum*, dominou os pensamentos pelos milênios. Aqui só daremos uma olhada no que ele escreveu sobre regimes políticos.

Em sua rica dialética distingue dois tipos principais de governos. Um referente à forma de ação do governante: para seu interesse ou para o bem comum. O outro, considerando o número de pessoas no poder: uma, várias e muitas. Depois relaciona estas formas e descreve as muitas possibilidades de governo; só de monarquia, apresenta cinco. Aponta como a melhor, a *politeia* que reúne a aristocracia e a democracia. O governante tinha que ser escolhido por mérito, assim como pensava seu mestre Platão, um rei-filósofo, porém ele considera que as pessoas que têm as melhores condições para governar são as ricas, por serem as mais virtuosas e de melhor dedicação.

Bem, cabe um comentário meu. Acho que são mais capazes e, até, mais bem preparadas para administrar, porém, quanto a virtude e dedicação discordo, e tenho dificuldade em aceitar que naqueles tempos isso fosse diferente.

Posso estar muito errado, porém devo confessar que Aristóteles me dá a impressão de que, na realidade, ele não tinha interesse e simpatia por nenhum tipo de governo. Talvez convivesse com qualquer um, desde que pudesse seguir a sua existência de filósofo. Sem dúvida foi um dos mais refinados pensadores da humanidade.

Os três grandes filósofos, Sócrates, Platão e Aristóteles, tinham familiaridade com a corrupção, porém nenhum deles menciona como algo impregnado no governo.

OCASO DA DEMOCRACIA GREGA ANTIGA

Uma breve pincelada sobre o fim da Democracia na Grécia Antiga.

A turbulenta história do Peloponeso é bem conhecida graças aos historiadores que tiveram. Claro que democracia de Atenas foi interrompida múltiplas vezes, porém, agora só vamos considerar o que colocou o ponto final em 322 a.C., junto com todas as outras democracias existentes.

O imenso império de Alexandre foi dividido entre seus generais e o reino da Macedônia passou por uma turbulência interna pela sucessão no poder. Atenas e seus aliados acharam a situação oportuna para se livrarem do predomínio macedônio. Péssima ideia. As tropas da Macedônia, reforçadas com batalhões que estavam na Ásia, liquidaram a aliança grega em Lamíaca, marcharam sobre Atenas que sucumbiu e ficou sob o governo da Macedônia, junto com as outras cidades-estado, em 322 a.C.

Os gregos tiveram que aguardar 2.152 anos para saudar nova vida democrática, até 1830.

DEMOCRACIA NA ERA MODERNA

A democracia só deu um clarão ofuscante numa pequena península europeia dois milênios atrás e, depois, apareceu aqui e acolá como fragmentos da história ou da filosofia, lidos por intelectuais em governos centralizados. Os regimes políticos monárquicos dominaram o Planeta até épocas bem recentes e ainda continuam, a meu ver, alguns com muito sucesso.

INGLATERRA

Na Inglaterra teve um jogo político secular entre o monarca e parlamento. Em 1066, o rei normando Guilherme I trouxe para a Inglaterra um sistema feudal que possuía um conselho para avaliar leis que o monarca pretendesse promulgar. O parlamento propriamente dito, com representantes estabelecidos entre a nobreza, surgiu em 1200. Quinze anos depois, o poder do rei foi limitado, quando o rei João Sem-Terra capitulou perante a pressão dos barões, assinando a Magna Carta que, na realidade, nunca foi levado a sério por nenhuma das partes. Contudo, podemos afirmar que a oligarquia saiu fortalecida.

A Declaração dos Direitos (*Bill of Rights*), firmado por Guilherme III, em 1689, estabeleceu limites aos poderes do rei e declarou os direitos do Parlamento, incluindo regular deliberação parlamentar, eleições livres e liberdade de expressão no Parlamento. Estabeleceu uma Monarquia Constitucional, ou seja, o Parlamento exercia poder sobre o Rei. Porém, é importante lembrar que a eleição era um direito exclusivo dos lordes (nobres), que possuíam direito hereditário, e, portanto, o Parlamento era constituído pelos lordes e o restante da população não tinha voz e nem voto. Pior ainda, o título de Lorde era conferido pelo monarca.

O Parlamento deixou de ser inglês ao incorporar os diversos países participantes do Reino Unido. Isto foi a partir de 1707. Ficou o poder legislativo supremo para todo o Reino Unido.

O Reino Unido é uma Monarquia Parlamentar. Atualmente, considerada democrática. Desde quando?

Durante o século XIX um fluxo escalonado de protestos foi aumentando o número de votantes. Primeiro conseguiram incluir os membros masculinos da classe média e, finalmente, só em 1928, toda população masculina e feminina pode votar no Reino Unido. Desde então, a Câmara dos Comuns, cujos membros são eleitos pelo povo, é o poder principal do Parlamento do Reino Unido.

O antigo parlamento, exclusivo dos lordes, ainda persiste. Com o passar dos séculos ocorreram modificações e, atualmente, a Câmara dos Lordes tem 850 membros, a maioria são lordes indicados pela Câmara dos Comuns e nomeados pela rainha, mas, há uma

dúzia ou mais que são bispos da Igreja Anglicana e um resquício de 92 que ainda possuem direitos hereditários.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Provavelmente não estaremos longe da verdade, se aceitarmos como primeira nação estruturada na democracia os Estados Unidos da América, que declararam independência em 4 de julho de 1776.

Os colonos cansaram da sujeição às metrópoles em todas as partes do Novo Mundo. Os primeiros que conseguiram a independência foram os habitantes das 13 colônias do Império Britânico nas orlas do oceano Atlântico, à custa de uma revolução sangrenta. Estas colônias foram os 13 primeiros Estados da futura potência mundial. Os ocorridos que nos interessam, podem ser assim resumidos:

Em 4 de julho de 1976, fizeram sua Declaração de Independência e, dentro de alguns anos nascia a primeira democracia da Era Moderna. Sua Constituição resultou da Convenção de Filadélfia que proclamou o novo regime político em setembro de 1787, e sua ratificação pelos Estados aconteceu no ano seguinte. 1789 celebrou a posse do primeiro presidente, George Washington, e dos primeiros senadores. A ideia era dar ao povo americano o poder e a responsabilidade de eleger o Presidente e os membros do Congresso. Agora, os votantes foram somente os homens brancos adultos e com propriedade, uma população tão limitada quanto na época de Sólon, na Atenas Antiga. Portanto, população nativa, os índios, fora; os negros, na época escravos, fora; as mulheres dos colonos bancos, fora e os pobres também excluídos. Vejam que a população votante é surpreendentemente semelhante àquela da primeira fase da democracia ateniense! Entretanto, é bom observar, que se trata de uma população dez vezes maior, enquanto Atenas no apogeu contava com duzentos mil almas, incluindo todos, votantes e não votantes, os treze primeiros estados ultrapassavam dois milhões de habitantes.

A Constituição estabelecia que cada Estado decidiria como escolher seus eleitores presidenciais. Na eleição de Washington, apenas os cidadãos dos estados de Pensilvânia e Maryland votaram, outros dez estados elegeram o primeiro presidente e seus senadores através de suas legislaturas e Nova Iorque nem participou dessas eleições.

Cabe aqui esclarecer que o Congresso foi concedido, desde sua criação em 1789, como um corpo legislativo de duas câmaras: o Senado com representação igualitária de todos os Estados, 2 senadores por Estado, e a Casa dos Representativos, com um número variável de membros de acordo com a população de cada Estado. Um modelo característico de federações, em que as unidades participantes devem possuir direitos iguais no Senado e os cidadãos da nação também, graças a Câmara dos Deputados.

Seus três primeiros artigos referem-se aos três pilares da Democracia: **Poder**

Legislativo, **Poder Executivo** e **Poder Judiciário**. Em democracias saudáveis são complementares e independentes, cada um executando as tarefas determinadas pela Constituição. Se assim não for, o arcabouço democrático deforma ou desmorona, dependendo da gravidade do desvio.

Congressos e parlamentos não são instituições estáveis. Basta uma olhadela na história do Congresso dos Estados Unidos para notar que nestes duzentos e trinta anos passou por períodos de crises de todos os tipos, os historiadores reconhecem até uma época notável pela corrupção. Seu equilíbrio com o Executivo também oscilou. Nos últimos cem anos, o poder relativo da presidência aumentou.

A **Corte Suprema** foi contemplada pela Constituição de 1789 como a corte federal mais alta da nação e responsável pelo ajuste das leis e atos à Constituição. Também foi concebida como o poder supremo do sistema judicial do governo. Foi criada e regulamentada pelo Congresso que também teve os poderes para estabelecer cortes federais inferiores. Não perderam tempo, e sua primeira reunião foi em primeiro de fevereiro de 1790 e possuía seis juízes. Os nove juízes atuais datam de 1869, depois da Guerra Civil, quando os Estados Unidos já ocupavam quase seu território atual. Eram encargos vitalícios ou até que o juiz se retirasse por algum motivo.

A **Carta dos Direitos** (*Bill of Rights*), com suas 10 primeiras emendas constitucionais, da autoria de James Madison, foi aprovada em 1791. É um documento muito interessante, pois sua preocupação principal é **garantir que o Estado não interfira nos direitos dos cidadãos.** É interessante compará-lo com a Declaração de Direitos da Inglaterra de 1689. Enquanto esta dizia que os cidadãos tinham direito a isso e aquilo, a americana limitava os poderes públicos, sobretudo o Congresso, a fim de que não violassem as liberdades e direitos individuais. Ao permitir e recomendar que os cidadãos se armassem, contemplava inimigos externos, internos e o próprio governo. O raciocínio foi simples: assim como a autoridade imperial do Reino Unido prejudicou os colonos, os poderes constituídos da democracia nascente também poderiam fazer o mesmo com os cidadãos.

Uma das grandes diferenças de vida nos Estados Unidos e em muitas outras democracias era, e ainda é, que os cidadãos não contam com benefícios substanciais do Estado, são eles que devem providenciar seu bem-estar, educação superior, saúde e aposentadoria. Creio que o fulcro da grave crise que divide a grande nação norte-americana, é o questionamento deste conceito tradicional.

O que me parece certo, indiscutível, é que a Democracia Grega renasceu nos Estados Unidos e daí se espalhou pelo mundo.

FRANÇA

Alexis Charles Henri Clérel, Visconde de Tocqueville, nasceu no berço dourado da nobreza francesa, em 1805, na capital da França. Na Revolução Francesa (1789 – 1799) seu avô materno foi decapitado e, por pouco, seus pais não tiveram a mesma sorte.

A Revolução Francesa, em vez da Democracia, desembocou no Primeiro Império (1804 – 1815), dominado pela gigantesca figura de Napoleão Bonaparte, em que decorreu a infância de Alex de Tocqueville. Sua adolescência e educação superior tiveram curso durante a restauração da monarquia Bourbon, de poderes limitados pela Constituição já existente, portanto em uma Monarquia Constituinte. Formou-se em direito e, logo depois que uma revolução derrubou o rei Carlos X e colocou no trono da França Luís Filipe de Orleães, ele foi para Estado Unidos, a fim de estudar o sistema prisional americano.

Alex de Tocqueville teve uma genética privilegiada, complementada por educação primorosa e passou à História como jurista, cientista político, historiador e escritor excepcional. Ficou quase três anos nos Estados Unidos e foi muito além de visitar prisões e se debruçar sobre o sistema penal do país. Encantou-se com o modo de vida norte-americana e a democracia vigente. Percebeu que nascia um regime político singular e vigoroso que precisava ser analisado e divulgado. Ao retornar, preparou-se para entrar na política e escreveu várias obras que tiveram impacto internacional. Destacam-se: *Du système pénitentiaire aux États-Unis et de son application en France* e *De la démocratie* e *L'ancien régime et la révolution*. São clássicos da literatura mundial e em ambos defende a liberdade e a democracia. Em português sua experiência estadunidense foi traduzida como *A democracia na América*.

Alex de Tocqueville nasceu no regime Imperial, viveu durante a Monarquia Constitucional e a 2ª República Francesa, sob o governo de Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão que, com um golpe bem armado, transformou a 2ª República no 2º Império, em 1852. O visconde de Tocqueville morreu de tuberculose em 1959, sempre denunciando o imperador, que o sobreviveu e permaneceu no poder até 1870, quando perdeu a Guerra Franco-Prussiana. A França, assim que assinou a capitulação em 1871, proclamou a 3ª República que estabeleceu o regime político democrático estável no país até aos nossos dias.

Apesar do seu regime político pendular desde a Revolução, entre Impérios fantasiados de monarquias constitucionais e repúblicas efêmeras, a França teve importante papel em semear democracias pelo Planeta. Missão essa que dividiu com a Monarquia Constitucional do Reino Unido e, evidentemente, com a Democracia dos Estados Unidos.

Em que frutos resultaram esses esforços? A resposta à essa pergunta deu-me um trabalho danado e nem sei se é correta. Espero contribuir com algo que não aborreça os leitores.

TIPOS DE REGIMES POLÍTICOS E DEMOCRACIAS

A classificação dos regimes políticos é confusa e arbitrária. Trata-se de algo dinâmico, em perpétua mudança nas unidades políticas espalhadas pela Terra, chamadas de nações. Quase sempre são mais instáveis do que estáveis. Alguma ideia da classificação convém ter, porém o mais importante é entender os principais regimes políticos, sobretudo aquele que nos tocou a viver, e criar convicções próprias.

Durante milênios o mais aceito foi a Monarquia, ou seja, um poder centralizado com pouca ou nenhuma participação dos cidadãos. Atualmente, a Democracia é o regime político dominante entre as nações. Abrão Lincoln (1809 – 1865) definiu-a como o governo do povo, pelo povo e para o povo. Um conceito que penetrou no fraseado universal, entretanto, só é realidade na boca de políticos; quase sempre proclamado, porém pouco praticado. A população de um país pode eleger o governo, mas não consegue dirigir o país. As ditaduras do proletariado, como o nome diz, não são nada democráticas e mais, quase sempre foram um fracasso econômico. Só, recentemente, a China, teve sucesso, desvirtuando as teorias e práticas do comunismo, importados por Mao Tsé-Tung e adotando os princípios econômicos do capitalismo. Seu regime político está a procura de um nome, entretanto este assunto complicado é melhor deixar para outro livro.

O rótulo democrático é cobiçado. Assim, vários ditadores batizaram seus regimes de democráticos. Bons exemplos são a República Popular Democrática da Coreia e a República Democrática do Congo que nunca devem ser confundidas com a Coreia do Sul e a República do Congo, seus vizinhos. A primeira é democrática de fato e a segunda, uma República Presidencialista, classificada entre as democracias defeituosas.

Uma das principais características das democracias são as eleições de representantes para o legislativo e para a chefia do executivo.

É importante notar que a participação na eleição dos dirigentes é essencial, porém não exclusiva às democracias. Regimes ditatoriais utilizam-na habitualmente e, às vezes, sem fraude e mesmo em sua modalidade pluripartidária. O fato é que ditadores podem ser democraticamente eleitos e reeleitos. Adolf Hitler encabeça uma lista grande de ditadores com apoio popular verdadeiro.

O sufrágio universal é mais uma psicoterapia coletiva do que uma escolha judiciosa. Poucos, muito poucos conhecem realmente os candidatos, a esmagadora maioria vota na produção feita por marqueteiros. Estes profissionais são especialistas em avaliar quais são as ideias e frases que dão votos, que traços da personalidade os candidatos devem ocultar ou ostentar. Aqui é importante mostrar mais vigor e energia, lá convém aparentar paz e amor; nesta circunstância deve ser mais informal e naquela, menos. O marqueteiro cuida da maquiagem nas apresentações de TV e filtra as notícias sobre seu cliente. Fabrica estórias que grudam favoravelmente no político e assim por diante.

Interessante que Sócrates comprou a briga contra os sofistas que preparavam filhos de gente influente para disputar eleições, entretanto na Democracia Moderna, as agências de propaganda que dão suporte aos políticos não são apenas aceitas pelos cidadãos, como pagos com seus impostos.

Antes que seja mal-entendido, quero deixar bem claro que sou a favor das eleições e até penso que a participação dos cidadãos na vida política brasileira deveria ser maior. No entanto, acho que o conhecimento pleno dos candidatos a cargos eleitorais é impossível e me parece natural que os candidatos procurem aparecer o melhor possível perante o corpo eleitoral. Quem vive da aprovação pública, precisa agradar. Peço ao leitor que considere estes senões como observações sobre as democracias e não rejeições a elas.

Pitigrilli (pseudônimo de Dino Segrè), o celebrado intelectual italiano, escreveu no seu estilo pitoresco e convincente sobre a necessidade de se iludir (Em português: *A Necessidade de se iludir* – Pitigrilli). Sim, ilusões são sonhos de olhos abertos, ingredientes obrigatórios da vida e trazem esperanças. A votação no melhor dos candidatos é a seiva da democracia, contudo é bom que se saiba que não passa de esperança. Assim, a desilusão, se ocorrer, é compreensível e aceitável, e não deve quebrar a vontade de participar na próxima eleição, nem dissipar a ilusão que desta vez dará certo.

O Brasil tem um cult particular pela votação. Uma ideia muito difundida é que a participação nas coisas pelo voto é democratizá-las e isso é bom, positivo. Nem sempre, depende de que coisa se trata. No universo moral e emocional, certamente cabe, no cotidiano das execuções práticas, quase nunca e causa prejuízos óbvios. O melhor exemplo que me ocorre é o futebol.

Pense num time importante, com grande torcida, do seu coração. Para centenas de milhares de pessoas, quem sabe até milhões significa muito, é uma paixão. Imaginemos que a diretoria quisesse mudar as cores do time. Caberia uma votação entre os torcedores? Certamente, seria uma obrigação dos dirigentes. A reforma do estádio para aumentar a comodidade do público e melhorar o campo pata os jogadores? Os torcedores não fariam exigência de votação, exceto numa circunstância: se o custo da reforma teria que ser cotizado entre eles. E, neste caso, a diretoria deveria fazer uma consulta mesmo. A escolha do técnico e jogadores deve ser por votação da torcida? Claro que não e nenhuma torcida quer esta eleição porque sabe que é o caminho certo para a derrota. O que se espera é que a diretoria acerte o time para que ganhe nos jogos. Na falta de vitórias, a torcida grita para remover o técnico ou jogadores, porém não quererá participar na eleição do novo técnico ou jogadores. É consciente que, além da briga interna, os votos conduzirão à derrota do time.

Onde eu acho que cabe discussão, é se a eleição e remoção da diretoria do clube pode ou deve ser objeto de votação. Isto depende de uma situação legal: a quem pertence o clube? A uma empresa? Agremiação esportiva? Existem cotistas? Sócios? Os torcedores

são afiliados com direitos? São somente simpatizantes? Existem torcedores de categorias diversas?

Esta digressão sobre clubes de futebol, vale para empresas, instituições, educandários, hospitais e tudo que se queira. Note-se que no Brasil há eleição geral pata presidente, porém não para os ministros. E por quê? Porque são executivos por excelência e a Constituição coloca o presidente na chefia do gabinete, ou seja, como responsável pela escolha dos ministros. Se não servirem, precisam ser trocados, coisa que a eleição geral dificultaria muito e a pasta pela qual o ministro responde ficaria acéfala por meses. Se nomeados pela presidência, a alteração ocorre em poucos dias.

A participação dos cidadãos na escolha do dirigente supremo do país, consagrado nas democracias da Grécia Antiga, colocou um problema sério aos filósofos: quanto maior for o número de votantes, menor é a possibilidade de ter dirigente de qualidade. Daí que Sócrates, Platão e Aristóteles pensaram como eleger um rei-filósofo, ou seja, atualizando o termo, uma pessoa competente e boa. Como já vimos, não encontraram solução viável. O problema existe e tem importante consequência nas democracias da Era Moderna. Temos três regimes políticos democráticos com soluções diferentes:

> 1 – A Monarquia Constitucional ou Parlamentar. A população não vota no monarca que é uma instituição hereditária. Seus poderes são limitados pela Constituição, geralmente sua função é cerimonial e representativa, mas há casos em que participa mais ativamente da vida política da nação. O povo elege representantes para o Parlamento que possui os poderes legislativos. O partido majoritário elege o Primeiro Ministro que forma o Poder Executivo. Assim, a pessoa com maior poder é o Primeiro Ministro que tem um mandato definido, porém pode ser derrubado pelo legislativo. Não são poucas as nações com este tipo de governo: Reino Unido, Canadá, Espanha, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Noruega, Suécia, Japão, Tailândia, Austrália, entre outras.
>
> 2 – Democracia Parlamentar. Os cidadãos votam num presidente e nos seus representantes parlamentares. Como na Monarquia Constitucional, o Poder Executivo origina-se do Poder Legislativo, dos representantes do povo. O Presidente é o chefe do país e o Primeiro-Ministro ou Chanceler, eleito pelo partido majoritário do Congresso, é o chefe do governo e organizará um gabinete. O presidente, como o monarca, tem funções mínimas determinadas pela Constituição. o Poder Executivo está com o Primeiro-Ministro que, se for bom, pode ser reeleito pelo Parlamento e ficar por um longo período. É o caso de Angela Merkel que está no poder desde 2005. Poucos se lembram o nome dos presidentes da Alemanha durante este período. Claro que também podem durar pouco e ter vários chanceles sob a mesma

presidência. Neste regime político encontramos a Alemanha, Itália, Finlândia, Índia e algumas outras nações.

3 – Democracia Presidencialista. Brasil, assim como a maioria dos países da América e da África, muitos da Ásia e os Estados Unidos, adotam este regime político. A eleição é para o presidente, que reúne a chefia da nação e do governo, e os deputados e senadores para o Legislativo (Senado não existe em todas as democracias). Sem dúvida, é uma democracia mais participativa e exige mais empenho dos cidadãos. Por outro lado, propicia a eleição de incompetentes e malfeitores. Exemplo extremo, porém, não único, é Idi Amin Dada, presidente da Uganda (1971 – 1979), um monstro cruel e ignorante. Considerando preparo e competência, a galeria dos presidentes deixa muito a desejar e, por isso, muitos países optaram por regimes políticos semipresidenciais.

4 - Democracia Semi Presidencialista. É um sistema em que o presidente é eleito pela população, porém pela Constituição ele compartilha responsabilidades com primeiro-ministro e seu gabinete. Ao contrário do presidencialismo, o gabinete responde perante o Congresso ou Parlamento, que pode demiti-lo por meio de censura e forçar o presidente escolher novo primeiro-ministro e formar novo gabinete. Por outro lado, embora sem o poder executivo do presidencialismo, o presidente tampouco é figura decorativa, ele tem responsabilidades explicitadas pela Constituição. Esta modalidade de regime político difere de país para país, de modo que a Democracia Semi Presidencial tem muitas variantes. França, Portugal, Romênia, Rússia, Egito são exemplo de países que optaram por ela.

O exercício da cidadania pelo sufrágio do Poder Executivo é a característica que mais se discute na preservação da Democracia. Em outras palavras, a eleição presidencial monopoliza as atenções. Sem dúvida, este poder é um dos pilares essenciais, porém, os outros dois, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, merecem a mesma atenção. Talvez seus problemas sejam menos visíveis às populações das democracias presidenciais.

Sem um Parlamento ou Congresso, em que os representantes foram eleitos corretamente e que exercem o Poder Legislativo autonomamente, não existe Democracia.

O conceito é fácil, entretanto sua prática, seus problemas de funcionamento, são mais complexas e exigem análises cuidadosas. Os desvios quase sempre são “legalizados” pelos próprios parlamentares. Consideremos alguns de seus defeitos mais frequentes.

Pluripartidarismo. Muitas democracias têm uma miríade de partidos com programas irrelevantes, criados com a finalidade de possibilitar a eleição de pessoas. São congressos sem ideologias que norteassem ações para o progresso dos seus países. As numerosas siglas sem significado servem para que os deputados troquem uma pela outra, conforme

as conveniências; pulam de galho em galho a procura dos votos mais abundantes. A população nestas nações sabe que as plataformas ideológicas pregadas pelos candidatos é baboseira e vota naqueles que lhe parece mais simpático.

Apropriação de votos. Por meio de regras de "quociente eleitoral", os votos contam para legendas e coligações e não às pessoas votadas. Os candidatos mais votados arrastam consigo para o parlamento indivíduos que não tiveram votação significativa. Políticos espertos procuram pessoas populares para seus partidos, atores, cantores, celebridades do esporte e outras, que nenhum preparo e mesmo interesse possuem pelos trabalhos do Poder Legislativo, a fim de se elegerem na esteira de seus votos.

Improdutividade parlamentar. Muitos congressos custam caro e pouco produzem para suas nações. Existem muitas abstenções, ausências e afastamentos. Não há trabalho concentrado e as pautas andam em passos de tartaruga. O esforço é dirigido para suas bases eleitorais, a fim de garantir suas reeleições, e o aumento e a perpetuação das benesses que os próprios parlamentares votam a seu favor.

Eu uso uma maneira fácil e divertida de verificar a operosidade dos congressos. Sei que sua validade é discutível, tente fazer e julgue por si mesmo. Na internet pode-se observar parlamentos em ação em inúmeras nações. Existem casas em que há ordem e discussão proveitosa, com os deputados e senadores sentados nos seus respectivos lugares, atentos aos trabalhos em andamento. Há outras em que reina a desordem, a maioria em pé andando nos corredores do auditório ou sentado nas mesas, discutindo animadamente sabe se lá o que. A mesa diretora é um tumulto com muito mais gente atrás dela do que sentada nas cadeiras. No parlatório observa-se um orador falando qualquer coisa que ninguém escuta. Um péssimo exemplo para a juventude escolar dos países que representam.

Rejeição ao contraditório. É a pior afronta que o Poder Legislativo pode fazer à democracia. O fundamento da democracia é um estado de espírito que aceita um equilíbrio peculiar entre a maioria e a minoria governamental. A minoria aceita e cumpre as decisões da maioria, e esta não só considera, mas estimula a oposição da minoria. A alternância de poderes é mais que bem-vinda na democracia, é a sua seiva vital. As perpetuações dos partidos no poder, as obstruções das ideias contrárias, os esforços de abafar as vozes antagonistas, são sinais claros de tendências ditatoriais e levam à tirania como já observaram os gregos. A isegoria estabelecida em Atenas, que nada mais é do que o respeito ao próximo, deve imperar nos parlamentos para a preservação da democracia.

O Sistema Jurídico, a meu ver, é o pilar mais importante e, ao mesmo tempo, menos aperfeiçoado das democracias.

O julgamento de Sócrates condenou seus juízes e atestou o comprometimento do Pilar Judiciário da democracia ateniense no seu período mais glorioso. Ao ressurgir nos

Estados Unidos, a democracia teve que reconstruir este pilar, a partir dos sistemas jurídicos existentes na Inglaterra e França, dando-lhe nova interpretação. Podemos ler no 3º artigo da Constituição de 1787:

> "O Poder Judiciário dos Estados Unidos será investido em uma Suprema Corte e nos tribunais inferiores que forem oportunamente estabelecidos por determinações do Congresso. Os juízes, tanto do Suprema Corte como dos tribunais inferiores, conservarão seus cargos enquanto bem servirem, e perceberão por seus serviços uma remuneração que não poderá ser diminuída durante a permanência no cargo."

Em outras seções, o artigo orienta ações jurídicas consideradas importantes na época. Acho bom notar que a Suprema Corte é o único tribunal requerido pela Constituição norte-americana. Todos os outros tribunais federais são criados pelo Congresso dos Estados Unidos. Os juízes, inicialmente seis e atualmente nove, são escolhidos pelo Presidente dos Estados Unidos e confirmados com voto de maioria pelo Senado. A função principal do mais alto tribunal federal dos Estados Unidos é interpretar e decidir questões quanto à lei federal, incluindo a Constituição. A maior parte dos trabalhos consiste na revisão de apelações de casos procedentes de supremas cortes estaduais ou de tribunais federais inferiores.

Volto a dizer que o Poder Judiciário é o pilar mais delicado e complicado da democracia. Justiça é invenção humana, tem perspectivas objetivas e subjetivas, trata dos relacionamentos das pessoas com seus semelhantes, com a sociedade, com as atividades existentes e com o meio ambiente em que vivem. A justiça nunca foi estática, sempre variou com as culturas e as épocas. Apoia-se em um dos monumentos do intelecto humano: os direitos e deveres da nossa espécie.

Enunciados consagrados em certas épocas podem, eventualmente, integrar a justiça. Há que ter cuidados com isto. Bons exemplos são a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos.

O clamor de justiça da Revolução Francesa que ecoou pelo mundo foi Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Começou com o líder da esquerda jacobina, Antoine-François Momoro, que ordenou aos parisienses que fixassem em suas casas placas com a frase: "*Unidade, Indivisibilidade da República, Liberdade, Igualdade, Fraternidade, ou a Morte*". Isto enquanto corria sangue nas ruas de pessoas guilhotinadas, uma demonstração um tanto duvidosa da fraternidade. Se pensarmos um pouco, liberdade, igualdade e fraternidade são bençãos relativas e circunstanciais. Pensamentos, ideias necessárias, porém realidades ocasionais e efêmeras. Assim como durante milênios os escravos não tinham liberdade, os pobres menos e os ricos mais, atualmente continuamos com liberdades desiguais, uns tem menos e outros mais. Igualdade é negada pela genética, nível social, escolaridade, várias religiões e, o que é mais penoso a reconhecer, pela própria justiça. Sim, a justiça, basta

observar quem são os condenados com tornozeleira em casa e quem sofre em infectas prisões em qualquer nação. A fraternidade é desejável, com certeza. É possível? A resposta está com os afro-americanos e com as torcidas do Corinthians e Palmeiras.

Em 4 de julho de 1776, Estados Unidos declararam sua independência. Quem escreveu a Declaração foi Thomas Jefferson. Uma frase sua é repetida nas posses dos presidentes dos Estados Unidos e é fundamental na Declaração Universal dos Direitos Humanos, lavrado e consagrado em 1948:

> Todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade.

Novamente, temos uma belíssima ideia divorciada da realidade cotidiana. Criados iguais? E como que Jefferson mantinha escravos? Jefferson talvez tenha pensado no Criador dos cristãos, mas será que se esqueceu das cruzadas e da inquisição? É forçoso reconhecer que há outras religiões. O Criador que aparece no islamismo, permite que seus devotos mais fervorosos decretem morte aos infiéis; do hinduísmo que tolera que haja uma casta de intocáveis; outros Criadores que também negam liberdades, sobretudo ao gênero feminino.

A humanidade possui direitos inalienáveis como a vida, a liberdade e a procura da felicidade? Pois quando penso em Darfur e Suíça, os bairros de miséria e de luxo das grandes metrópoles, não parece. Contudo, nada tenho contra estes enunciados grandiloquentes que mal não fazem, talvez apenas amargor àqueles que são privados destes direitos inalienáveis dados pelo Criador. Pensando em religiões, não me recordo nenhum livro sagrado em que Deus tivesse declarado estes direitos. Acho que Ele esteve mais preocupado que suas criaturas pensassem nos seus deveres. A recomendação que me parece mais poderosa e inclui todos os direitos inalienáveis, é aquela que o evangelista Mateus coloca na boca de Jesus: **Ame o seu próximo como a si mesmo**.

Por vezes, os sistemas jurídicos fazem seus esses bordões clássicos, a fim de que a justiça que distribuem tenha um carimbo em harmonia com seu tempo. Isso acho acertado. O que corrompe este pilar da democracia são alguns vícios não raros de se encontrar, sobretudo quando os magistrados são indicados pelo presidente da república.

Magistrados incompetentes eleitos pelo relacionamento que possuem com o poder político. A Corte Suprema é guardiã da Constituição e julga litígios não resolvidos por tribunais de grande competência. Seus membros deveriam ser a nata da nata dos mais competentes juízes de um país.

Magistrados que contaminam seus julgamentos com a amizade ou gratidão àqueles que os colocaram na Corte Suprema.

Magistrados que usam os poderes do Corte para valer suas convicções,

desconsiderando a Constituição ou as normas de justiça vigentes.

Mas existe isto?

Sim. Em sua forma leve, quase sempre está presente. Nos Estados Unidos é tradicional os partidos lutarem pelas indicações à Corte Suprema. Nela, ora dominam os magistrados republicanos, ora os democratas. Então, há uma tintura partidária que se faz notar, porém, sem ferir a Constituição e, geralmente, apenas é uma interpretação possível das leis que se alinham com a ideologia do partido. Entretanto, em muitas democracias os togados da justiça defendem descaradamente suas convicções partidárias a custa da justiça.

Dos vícios, talvez o mais frequente seja postergar processos. Existem pilhas de documentos onde processos dormem por anos. Por vezes, chegam ao julgamento quando as partes interessadas já desistiram ou morreram. Que há sobrecarga de trabalho é evidente e atrasos devemos aceitar. Contudo, se o sistema for arcaico e os ministros nada fazem para oxigená-lo com a tecnologia disponível, então são responsáveis pelos prejuízos causados. Outra prática de postergação é travar intencionalmente o andamento de um julgamento, seja por ação do presidente da Corte, que não o coloca na pauta, ou um ministro que o guarda por meses em sua gaveta. Se não houver uma razão séria e justificável, é uma ação que pode até ser considerada criminosa.

O Suprema Corte invade áreas do Poder Legislativo e/ou Executivo. Esta ingerência, quase sempre tem duas mãos e é difícil determinar quem a iniciou. Ocorre em democracias e anunciam sua destruição. Recentemente, El Salvador dissolveu sua Corte Suprema, enterrando a democracia.

Estas imperfeições dos poderes Executivo, Legislativo e Jurídico ocorrem em toda parte e torna as democracias falhas. Se forem graves, levam a outros regimes políticos. Existem muitos pseudodemocracias. Tem alguém analisando isto? Pois, tem.

DEMOCRACIMETRIA

É com certa surpresa que verifiquei na internet diversas tentativas de medir as democracias. Criaram índices para quanti e qualificá-las. Parece-me bastante problemático, começando pela dificuldade de definir o que é democracia. Não existe uma definição universalmente aceita. A escolha dos parâmetros também é complicada, deve-se usar conceitos ideais ou aqueles das realidades existentes? Ambos, é atrapalhado. Quais são os índices adequados para países com culturas diversas? Enfim, os obstáculos e incertezas são muitos e eu recebo os resultados mais como tentativas de esclarecimentos, do que julgamentos acertados.

Claro que o escopo dos estudos varia bastante. Alguns tentam analisar as transformações ocorridas ao longo do tempo, outros os efeitos de um acontecimento importante sobre uma ou mais democracias, há ainda as análises que procuram comparar os regimes políticos de determinadas nações, e assim os interesses variam.

Os índices são muitos e complexos. Elaborou-se uma série para cada tipo de democracia, outra série para as características mais ou menos relevantes das democracias e assim por diante. Deixo-os para o domínio dos cientistas políticos e aqui apenas apresento aspectos da democracimetria que acredito satisfazer a curiosidade dos leitores.

As democracias são classificadas em algumas mensurações como plenas, imperfeitas, híbridas e autoritárias. Outras distinguem democracias eleitorais, liberais, participativas, deliberativas, igualitárias, majoritárias e consensuais. Acho esta fúria classificatória exagerada, mas isso é uma opinião pessoal.

Existem índices para características gerais como processo eleitoral, se é regular, justa e livre; exercício das liberdades: civis, na internet, na mídia, religiosa; defesa dos direitos humanos; funcionamento do governo e exercício da cidadania na participação política de forma consciente e crítica.

Também existem índices mais específicos, bem interessantes. Alguns exemplos:

A administração pública recebe influência de poderes públicos de outros países?

No Parlamento ou Congresso existe representação de várias perspectivas políticas?

O Poder Jurídico é independente? Reconhece a paridade de gênero, permite oposição e liberdade para criticar o regime?

Quanto aos resultados, muitos são incomparáveis por terem objetivos diversos. Outros são efêmeros por espelharem uma época precisa. Não faltam os parciais que se concentram em uma característica da democracia: eleições, liberdades individuais, cultura política dos cidadãos etc.

Vejamos os dados que achei mais realísticas ou surpreendentes.

Em 2019, de mais de 170 países avaliados, 45,5% foram considerados democráticos.

Democracias plenas eram 22, um a mais do que em 2018, o que mostra como estes números variam, 50 foram consideradas Democracias Falhas, 54 Regimes Autoritárias e 37 rotulados de Regimes Híbridos, uma espécie de mistura de democracia com ditadura. Noruega, Islândia, Suécia e Nova Zelândia lideraram o grupo mais democrático que também integrou nosso simpático Portugal. Note-se que entre os líderes dois são Monarquias Constitucionais: Noruega e Suécia.

O Brasil geralmente é considerado uma Democracia Imperfeita, que me parece a mesma coisa que falha. Em geral, aceita-se que temos eleições livres e justas e nossas liberdades básicas são respeitadas. As objeções são erros e desvios nas gestões do governo e baixa cidadania, a população pouco participa das políticas adotadas. Realmente, falta muita cultura política e temos um longo e árduo caminho educacional a percorrer. Temos que substituir esforços de doutrinação política pelo ensino dos valores da democracia, a fim de que os cidadãos aprendam apoiar e defender os mesmos.

Não aparecemos favoravelmente nestas análises de regimes políticos. Nossa claudicação é crônica, desde a fundação da República. Neste século, os índices apontam uma queda constante na estrutura da democracia brasileira. Um estudo colocou a qualidade de nossa democracia em décimo lugar na América Latina. A análise creio dispensável porque achei que teve um viés político grande. Cito tão somente para advertir que convicções políticas contaminam várias democracimetrias.

Talvez um sumário dos tipos de governo que temos no Planeta, seja de interesse a alguns leitores.

REPÚBLICAS

- Repúblicas presidenciais com um presidencialismo total.
- Repúblicas presidenciais semipresidencialistas.
- Repúblicas parlamentaristas com uma presidência executiva dependente da legislatura.
- Repúblicas parlamentaristas com um presidente cerimonial/não executivo, em que um chefe de governo separado lidera o executivo.

MONARQUIAS

- Monarquias absolutas.
- Monarquias constitucionais com um monarca cerimonial/não executivo, em que um chefe de governo separado lidera o executivo.

- Monarquias constitucionais que têm um chefe de governo separado, mas em que a realeza ainda detém poderes executivos e/ou legislativos consideráveis.

OUTRAS

- Países em que as disposições constitucionais para o governo foram suspensas (ex.: ditadura militar).
- Estados unipartidários.
- Países que não se encaixam em nenhum dos sistemas acima. (ex.: governos de transição, situações políticas pouco claras ou sem governo).

Alguém pode ter sentido a falta de exemplos de países com os tipos de governo. É melhor não fazer porque o regime político pode ser muito efêmero e ao publicar, já não é aquele. Assim, por exemplo, o Brasil está vacilando em situação incerta, há até pessoas que acham que nossa democracia faliu completamente.

Não chego a tanto, penso que nosso regime político ainda se encaixa nas democracias. O que me impressiona é a imensa corrupção em que vivemos, não é coisa recente, mas profundamente enraizada desde os primórdios da colonização do Brasil. É necessário virar a página e expor meu pensamento que, afinal, é a essência deste livro.

AS SEMENTES DA CORRUPÇÃO BRASILEIRA

Não se pode falar em corrupção entre os ameríndios, antes da chegada dos europeus. Suas sementes chegaram da Europa. No Brasil, com a frota de Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500.

Os primeiros portugueses que aqui enraizaram não foram corruptos. Suas dificuldades e preocupações resumem em uma palavra: sobreviver. Construíram famílias com índias, de preferência filhas de caciques. Foi a época do cunhadismo, tão bem descrito no livro do historiador Jorge Caldeira, na sua obra magistral *História da riqueza do Brasil*. Suas vidas foram orientadas pelos imperativos da sobrevivência e convicções religiosas trazidas da terrinha, às vezes relembradas e fortalecidas por religiosos que por aqui aportaram para salvar almas de selvícolas.

Em 1534 a coroa portuguesa implantou as Capitanias Hereditárias. As terras brasileiras foram fatiadas e distribuídos aos amigos do rei. Décadas passaram antes dos esforços sérios de encontrar o caminho da produtividade. Algumas das 14 capitanias deram em nada, mas a maioria enriqueceu seus donos e colocou riquezas na caixa do rei. A colonização do Brasil não esteve nos planos de Portugal nos três primeiros séculos do descobrimento.

O funcionamento essencial das capitanias era simples. Os beneficiários, chamados de donatários, recebiam uma Carta de Doação e uma Carta Foral. O primeiro documento garantia a posse e o direito de governar tudo, com poderes jurídicos totais; até a pena de morte estava nas mãos do donatário. É verdade que, ao decorrer do tempo, arraiais se transformavam em vilas e, conforme os costumes portugueses da época, os cidadãos podiam eleger representantes para a Câmara de Vereadores que podiam baixar leis municipais. Entretanto, sua autonomia dependia totalmente do donatário e de seus interesses. A Carta Foral determinava, entre outros, o valor dos tributos pagos ao donatário pelos colonos e a porcentagem dos lucros do donatário a ser pago ao rei.

As capitanias não colonizaram o Brasil. Os homens de poder que vinham de Portugal só visavam enriquecer e voltar tão logo possível. Família não costumavam trazer. A população indígena, mestiça e branca residente, era explorada ao máximo. O sistema de Capitanias Hereditárias terminou quando a última passou para o domínio da Coroa portuguesa, isso nos fins do século 18.

Evidentemente, não faltaram protestos e revoltas contra este sistema de exploração desumana que foi crescendo à medida que o Brasil oferecia mais riquezas a Portugal. Talvez o que mais marcou a história brasileira foi a Inconfidência Mineira, oficialmente considerada a primeira luta pela independência. Um episódio muito conhecido na história do Brasil. Essencialmente, foi uma reação às taxas intoleráveis cobradas dos colonos pela Coroa, através das autoridades portugueses locais, na exploração de ouro. A situação explodiu quando o responsável pela capitania de Minas Gerais, Luís da Cunha Menezes,

resolveu que a exploração das jazidas deveria pagar cem arrobas de ouro por ano. Caso a cotação não fosse atingida, a diferença era rateada entre os moradores que deveriam cobri-la. Esta contribuição coletiva era batizada de *derrama* pela Coroa. Acontece que as minas entraram em esgotamento na época em que a *derrama* foi anunciada pelo novo governador da capitania, o Visconde de Barbacena. Corria o ano de 1788 e era a ruína de todos. As lideranças coloniais reagiram e fizeram um movimento para se livrar do jugo português e transformar Minas Gerais em país independente. Denunciado por Joaquim Silvério dos Reis, o poder português tomou providências imediatas e sufocou a conspiração rapidamente. Os julgamentos começaram no ano seguinte, 1789, e terminou com prisões e condenações à morte. Alguns faleceram no cárcere. A pena de morte só foi mantida para Joaquim José da Silva Xavier, para os demais foi comutada em degredo perpétuo, temporário e outros castigos. A execução do revolucionário, de alcunha Tiradentes, ocorreu em 21 de abril de 1792. Quase um século depois, em 1890, os líderes republicanos celebraram Tiradentes como Mártir da Independência e, desde então, 21 de abril é feriado nacional que homenageia Joaquim José da Silva Xavier.

Em 1808 chegou ao Brasil Don João VI. Escapou da invasão da península ibérica por Napoleão e transferiu a Coroa para sua colônia na América do Sul. Claro que trouxe consigo toda corrupção tradicional que cercava naqueles tempos muitas realezas. Não quis ficar na Bahia, preferiu se instalar no Rio de Janeiro, cidade de 50.000 habitantes, sem condições alguma de receber a corte portuguesa. O impacto inicial foi muito cruel para seus moradores. As melhores casas foram simplesmente tomadas pelos cortesãos e seus donos que se virassem. Claro que a Coroa trouxe um progresso enorme à cidade que nem sequer era a maior do país, mas também firmou os hábitos e a justiça que reinavam na corte. Dentro do que nos interessa, a cultura há muito vigente nas colônias e agora praticada pelos mestres que se estabeleceram no Rio, foi transmitida aos colonos: **a administração pública, antes de tudo, é a profissão do enriquecimento pessoal**. Os cariocas tiveram que aprender às duras penas a arte de criar dificuldades, a fim de vender facilidades. Quanto a justiça, talvez seja o provérbio português que a resume melhor: **manda quem pode, obedece quem tem juízo**.

O sistema judicial de arquitetura complexa e de raízes no direito romano era admirável em seus conceitos, porém não na prática. O rei era inimputável e dispunha da justiça a seu bel prazer, enquanto fosse monarca absoluto. Os cortesãos ocupavam círculos de influência em torno do trono, os mais próximos com mais e os mais distantes com menos poder. As injustiças de cima para baixo tinham poucas ou nenhuma consequência. A precaução a tomar era o cuidado com as hierarquias, não ferir interesses superiores. O sistema jurídico tratava os confrontos conforme os preceitos legais nas mesmas hierarquias, onde houvesse desnível, favorecia a mais alta. Simples assim.

Os colonos que trabalhavam com a Coroa constituíam a elite local. Absorveram

os métodos em vigor na corte portuguesa e implantaram o sistema judicial brasileiro que favorece a quem pode pagar o complexo sistema de recursos e consegue a absolvição ou, pelo menos, o alívio das penas merecidas. As prisões são para criminosos pobres. Assim, mantivemos na democracia essa norma das monarquias absolutas.

O Brasil Imperial ocupou nossa história de 1822 a 1889. A transição de Colônia para Império foi menos traumática do que deste para a República. O século 19 caracterizou-se por um progresso notável em todas as áreas e a substituição dos administradores portugueses por brasileiros. A corrupção diminuiu ou se manteve estável.

A primeira Constituição foi outorgada por Dom Pedro I, em 1824. Para a época foi bem progressista e liberal. Pode ser classificada como um regime político monárquico hereditário, constitucional e representativa. Os homens livres da nação elegiam representantes para o exercício do poder. A nossa Carta Magna determinava quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador que era o imperador e estava acima dos outros três poderes.

O Poder Legislativo era a Assembleia Geral, espécie de Parlamento, com Câmara de Deputados e Câmara de Senadores, eleitos nas Províncias do Império. Os deputados eram temporários e os senadores, vitalícios.

Don Pedro II criou o Gabinete do Império que era o conjunto de seus ministros executivos, em 1847. O presidente do Gabinete era equivalente aos primeiros-ministros dos parlamentos atuais. A Câmara dos Deputados podia dar voto de desconfiança ao Gabinete, porém, neste caso cabia ao Imperador dissolver o Gabinete ou a Câmara dos Deputados.

Importante recordar que a escravidão estava vigente no Brasil até sua abolição em 13 de maio de 1888. Portanto, um número grande de moradores era excluído da vida política. O mesmo ocorria com os nossos índios. Durante o século 19, a população brasileira aumentou de 4 para 15 milhões, entretanto sua inclusão cidadã não foi proporcional, há que entender que uma porcentagem muito grande desta população branca, seu número exato nos escapará sempre, praticamente ignorava ou era indiferente a política do país. A participação nas eleições era de uma minoria elitizada, coisa que não importava ao governo central, pois o voto ainda não tinha valor significativo.

O Brasil República, instaurado por um golpe em 15 de novembro de 1889, mudou tudo radicalmente. Proclamou a Democracia Presidencialista. Voto ficou moeda importante e as eleições deveriam ser limpas. Não foram durante muitas décadas.

Roberto Pompeu de Toledo escreveu duas obras preciosas: *A Capital da Solidão - Uma História de São Paulo das origens a 1900* e *A Capital da Vertigem - Uma História de São Paulo de 1900 - 1954*. Nesta última, mostra os pormenores das eleições dominadas pelo Partido Republicano Paulista durante três décadas. Nomeava e elegia quem quisesse para governador do Estado. Os votos das grandes fazendas vinham de cabresto. Os

coronéis latifundiários do país inteiro faziam o mesmo. A eleição durante o Império apenas representava uma pequena fração da população, coisa sabida e sem importância ao poder. Podemos chamá-la de eleição falha ou inválida, porém bem diferente do Brasil democrático, quando se revestiu de legalidade, sem ser. Ficou corrupta.

Ruy Barbosa (1849 – 1923), um dos maiores pensadores do Brasil, conheceu as duas décadas finais do Império e militou na Velha República (1889 – 1930). Por pouco não se elegeu presidente. Conheceu os bastidores da política e deixou-nos muitas críticas brilhantes e contundentes, matéria dos bancos escolares pelo menos no meu tempo. A corrupção passou a profissional e crescente, como se percebe em sua frase célebre:

> De tanto ver triunfar as nulidades; de tanto ver prosperar a desonra; de tanto ver crescer a injustiça; de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto.

A partir dos meados dos anos cinquenta, fiquei consciente da existência da política. Como já mencionei, lembro-me bem do suicídio de Getúlio Vargas, figura controvertida da história brasileira, que chegou ao poder fora das eleições, porém tinha convicções democráticas e sobressai na galeria de mediocridades que ocuparam a presidência da nação. Antes de abordar o novo milênio, apenas quero dizer algo sobre Juscelino Kubitschek.

Atribuo a ele a instituição governamental da corrupção, de forma alguma ao PT. Quase toda administração republicana foi corrupta, porém a de Juscelino foi especial. O enriquecimento ilícito era necessário para construir Brasília, foi um processo transparente, comentava-se em toda parte. O custo exorbitante recebeu o sorriso do Presidente e a indiferença do país. Poucos reclamaram na época. Dentro da nossa cultura foi arquivada como algo corriqueiro e Juscelino, mesmo não fazendo seu sucessor, saiu aclamado do poder. Algumas empreiteiras cresceram imensamente, estruturaram-se internacionalmente e consolidaram-se durante o Governo Militar (1964 – 1985). A corrupção só alcançou patamares de escândalo público durante os governos dos presidentes Lula e Dilma.

CORRUPTOMETRIA

Esta brevíssima jornada pela história brasileira, espero que tenha afastado qualquer ideia de que a corrupção seja um fenômeno recente. Tão pouco é exclusividade nossa. Está espalhada no mundo inteiro e é objeto de preocupação e estudo. Assim como temos democracimetria, existe também corruptometria. Atualmente, existem índices para tudo, medem educação, saúde, pobreza, renda per capita e tudo mais. Em geral, quanto mais simples, menos exato é. Curioso, não? Vejamos, por exemplo, a renda per capita medida pelo PIB. Soma-se todas as rendas de uma nação, o valor é expresso em dólares americanos e é dividido pelo número de habitantes. É um indicador muito utilizado para medir as situações econômicas dos países. Utilizar apenas o valor achado, a fim de comparar a renda média dos habitantes, leva a grosseiras distorções, pois é importante levar em conta o custo da vida. Se desse mil dólares para um trabalhador braçal no Brasil, ele ficaria bem feliz, pois seria um pouco mais do que cinco salários-mínimos, já um francês, estaria bem aborrecido, pois seria apenas a metade do salário-mínimo vigente na França. Calcular custos de vida nas nações não é uma tarefa trivial.

Os índices que pretendem mensurar a corrupção são tão complexos e enfrentam dificuldades parecidas como àquelas que vimos na democracimetria. As mudanças podem ser rápidas, os conceitos diferentes e, obviamente, existem vieses políticos.

Uma parece ser mais confiável. Trata-se do IPC (índice da percepção da corrupção) da Transparência Internacional, que começou analisar 180 países, em 1995. Do seu rico banco de dados, agora só interessa um resultado: a posição do Brasil entre as nações no mundo.

Bem não estamos, porém longe de sermos os mais corruptos. Em 2020, os cinco menos corruptos foram: Dinamarca, Nova Zelândia, Finlândia, Cingapura e Suécia. Os cinco mais: Venezuela, Iêmen, Síria, Somália e Sudão do Sul. O Brasil parece estagnado desde 2012 até 2020, oscilando em torno do centésimo lugar entre as 180 nações medidas. O IPC indica que estamos piores que as médias do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e da América Latina.

Meu interesse pela corruptometria internacional é pequena. É assunto para investidores e envolvidos em relações exteriores. Quanto a corrupção nacional, me bastam as informações, as tecnologias complicadas de mensuração deixo para os empresários, bancos e cientistas engajados neste tipo de pesquisa.

A sociedade de um país sente a corrupção de diferentes modos. O grupo que ressente as falcatruas ocorridas na Sala São Paulo e no Teatro Municipal, não é necessariamente o mesmo que se revolta com os descaminhos dos cartolas do futebol. A existência de um banco de propina, possivelmente não toca os sentimentos daqueles que lutam todos os dias para colocar o pão na mesa. O fato de que nosso país é refúgio de bandidos internacionais, o povo brasileiro talvez nem ligue à corrupção.

Acho apenas confortável saber que não atingimos ainda o fundo do poço do Planeta em matéria de corrupção. Talvez mais do que a corruptometria, é necessário expor como e aonde chegamos para eu considerar o regime político brasileiro uma corruptocracia. Fazer um levantamento da podridão atual que dá sinal verde à continuação do suborno, da locupletarão indevida, do superfaturamento e do dinheiro em maletas e cuecas.

CORRUPÇÃO, ASPECTOS E CONCEITOS GERAIS

Corrupção é uma palavra grande, tem muitos significados. sua origem é do latim *corruptus* que é, a rigor, despedaçar, porém, era entendido como decompor ou deteriorar qualquer coisa. Em nossos dicionários aparece como “efeito ou **ato de corromper** alguém ou algo, com a finalidade de **obter vantagens** em relação aos outros por meios considerados ilegais ou ilícitos.”

Nosso Código Penal contém o termo para caracterizar descaminhos na função pública para obter vantagens. O conceito de corrupção continua amplo, pois se aplica a diversos situações como administrativa, tributária, eleitoral, desportiva e até sexual, que é corrupção de menores. Reconhece as modalidades de corrupção ativa e passiva. Por exemplo, se numa rodoviária um cidadão comete uma infração de trânsito e oferece dinheiro ao policial que o deteve, a fim de que não passe multa alguma, ele praticará a corrupção ativa. Por sua vez, se o policial acetar, incorrerá em corrupção passiva.

No exemplo que coloquei aparecem os dois atores principais da corrupção: o corruptor e o corrompido. Porém, não são os únicos, há os coniventes e os irresponsáveis.

Nos casos de corrupções institucionais os coniventes são muitos. Conivência acho que faz parte da cultura brasileira. Não se trata apenas de conivência por também ser corrupto, que é frequentíssimo. “Eu não falo, mas você tampouco”; esta troca de interesse é óbvia em muitas instituições. Presenciamos isso no famoso e triste momento, quando toda corrupção do PT veio à tona. Mesmo alguns políticos, notórios pela sua honestidade, fecharam-se no silêncio como ostras. Ninguém capaz de ler notícias tinha qualquer dúvida da conivência deles, contudo continuaram com seus rótulos de honestidade. A delação premiada podia servir a justiça, mas não ao bom nome do preso.

A reação contra a corrupção cultural, desde que não seja a denúncia, é aceita. Vários petistas saíram do partido ao perceber as falcatruas imensas. É claro que tiveram o repúdio daqueles que ficaram, entretanto contaram com a compreensão da absoluta maioria.

O fato é que o nosso povo não tem o hábito de denunciar, diria até que o rejeita. Prefere conviver com os praticantes de ilícitos e criminosos. Tive mais de quarenta anos de experiência com estudantes universitários. Sempre que acontecia furtos ou problemas de violência, principalmente, na recepção de calouros, os inquéritos enfrentaram um paredão de silêncio dos alunos. Mesmo em situações extremas de sadismo, violência sexual e até um caso de morte.

A condenação de coniventes, embora prevista pelo artigo 180, é, praticamente, inexistente nas corrupções governamentais. O Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para que isto aconteça. Já não é o caso do participante mais pobre da corrupção, o irresponsável. É um subordinado ou amigo do corruptor ou corrompido que executa ordens

ou presta favores que nem sempre entende, por dinheiro pouco ou nenhuma remuneração, apenas por amizade. É denominado de irresponsável em várias considerações sobre corrupção, contudo considero um nome impróprio. É o sujeito mais rapidamente condenado, logo a justiça o considera responsável.

O Sistema Judiciário contempla as corrupções em diversas categorias e, portanto, suas gravidades são passíveis a discussão. Os corruptos podem ter cometido crimes, improbidades administrativas, ilícitos civis, faltas de decoro (que não é apenas parlamentar), imoralidades, atos anti-éticos e tantas outras modalidades de delitos. Na vida prática, a complexidade é imensa e só sabemos onde um corrupto vai acabar, quando termina seu julgamento.

A corrupção também é tratada de modo diferente dependendo onde é julgado. Será um processo interno no órgão ao qual o indivíduo pertence, na esfera cível ou na criminal? Os tribunais também variam. O Poder Judiciário possui vários órgãos de julgamento: Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais Regionais Federais; Tribunais do Trabalho; Tribunais Eleitorais e Tribunais Militares.

A corrupção, quando os fatos são evidentes, é fácil de entender e caracterizar. Modestos funcionários que se tornam milionários de noite para o dia, parlamentares que carregam dinheiro nas cuecas, ministros que escondem fortunas em apartamentos, juízes que vendem sentenças e tentas outras, não deixam dúvidas, o cadáver está aí, estendido no chão. Porém, quando entra em julgamento, a corrupção se torna nebulosa. O cadáver pode até virar fantasma. O Sistema Judiciário é complexo e necessita de muitos anos de estudo e de vivência prática. É um cipoal que deixo para os profissionais que merecem meu respeito.

Este preâmbulo é importantíssimo porque as corrupções que pretendo abordar e apontar são, principalmente, aquelas que atentam contra a administração pública e o convívio social. Estas duas coisas estão associadas, uma forçosamente influi na outra. À medida que as cito, muitas aguardam julgamento, outras tiveram sentenças promulgadas e ainda podem ser falsas. Claro que emitirei opiniões a toda hora, que não deixam ser julgamentos, porém, digo com toda insistência do qual sou capaz, que serão pessoais e não espero e nem quero que sejam endossados pelos leitores. Cada um deve ter suas opiniões e se divergirem das minhas acharei a coisa mais natural deste mundo.

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS PESSOAIS

Nesta quarentena espichada pela COVID, recordei como me esbarrei na corrupção durante a vida. Passaram no filme da memória muitas cenas e algumas vou relatar. Sei que a percepção do regime político, dos direitos e deveres do cidadão, dos erros e acertos da administração pública, da legislação e do sistema jurídico, varia muito. Não temos um povo,

mas vários povos brasileiros. Assim, estou bem ciente que as corrupções que passarei a relatar, serão julgadas de diversos modos.

De 1957 a 1961 participei da política estudantil. Quando vice-presidente e presidente da União Nacional dos Estudantes de Medicina, que tinha sede no Rio de Janeiro, levantei a questão da "meia-nos-cinemas". Por que nós, estudantes universitários, pagávamos metade da entrada e os jovens que trabalham, o valor inteiro? Os filmes em nada contribuíam à nossa formação, tratava-se de um entretimento. Será que este benefício não deveria ser estendido a todos? O problema não mereceu muita atenção nos bares onde analisávamos os desajustes sociais regados a chope. Que soubesse, essa imoralidade pouco perceptível continua presente.

Esclareço que após essa vivência intensa da política estudantil, nunca mais participei de qualquer tipo de política e nem me interessei por ela. Meu centro emocional estava na minha profissão universitária.

Há uns seis ou sete anos, fui à Casa de Arnaldo, talvez haja alguém que não saiba que é a Faculdade de Medicina da USP. Junto com um funcionário, que me conhecia quando na ativa, ou seja, antes da minha aposentadoria compulsória em 2006, passamos por um restaurante no andar térreo que não era do meu tempo. Perguntei pela sua qualidade. Explicou-me que era por quilo e dos estudantes.

> *Comida boa?*- Perguntei.
>
> *Parece que sim, não sei bem por que o preço é proibitivo, uns 40 reais o quilo.*
>
> *É muito caro, até para os estudantes.* - Observei.
>
> *Não professor. Eles pagam dois reais e comem o que desejarem.*

Uma tristeza. O povo paga o custo dos estudos e subsidia também o almoço dos estudantes de medicina que, diga se de passagem, têm um nível econômico médio muito superior ao dos funcionários da faculdade. É a Lei de Gérson que na cultura brasileira designa a obtenção de vantagens. Um hábito que se encontra em toda parte e o praticante até estranha indignado, quando se aponta sua desconsideração com os outros.

Para os que não se recordam, essa expressão popular que designa a prática comum de levar vantagens indevidas e dar jeitinho em coisas erradas, se originou de uma propaganda infeliz que o grande jogador de futebol fez do cigarro Vila Rica:

> Por que pagar mais caro, se o Vila me dá tudo aquilo que eu quero de um bom cigarro? Gosto de levar vantagem em tudo, certo? Leve vantagem você também, leve Vila Rica.

Foi algum repórter que transformou isto na expressão de nossos reprováveis hábitos culturais. Gérson de Oliveira deve ter amargado isto na vida toda.

Falando em futebol, existe o hábito de trapacear. Por exemplo, "cavar faltas". Não

é exclusivo de modo algum, porém faz parte da cultura dos jogadores brasileiros. Neymar levou este aprendizado tão a sério que foi criticado até pela sua torcida e seus colegas.

Entre pesquisadores universitários existia o procedimento habitual do *guest autorship* que, nos Estados Unidos e outros países é crime. Trata-se de participar da autoria de publicações científicas sem ter contribuído ao trabalho de pesquisa. Em português a tradução é “autor convidado”. Usei o tempo de verbo no passado porque não sei se ainda existe esta cultura condenável nas nossas universidades. Entretanto, ao ler artigos científicos, verifico que o mundo mudou completamente. O trabalho é subscrito por dezenas de pessoas e não é possível saber quem é o autor principal. Deve haver pessoas surfando nas ondas de outros, mas, agora, chama menos atenção.

Era uma prática comum dos chefes de disciplinas, departamentos e institutos de terem seus nomes nas publicações dos seus assistentes. Em certas unidades, isto era feito automaticamente, sem mesmo seus conhecimentos. Era subentendido que a chefia dava as condições indispensáveis para o trabalho e a autoria ficava plenamente justificada. O comportamento era cultural e nem todos tinham consciência de sua reprovação pela comunidade científica internacional.

Saindo de situações de imoralidade, mostro o sistema de fiscalização que, com certeza, é corrupção criminosa. Lidei com ele mais de uma vez.

Tomei conhecimento do fisco nos fins dos anos 50, quando comecei a viajar. Nos aeroportos, assim como em todas as portas internacionais, temos um controle dos bens que entram no país para calcular e arrecadar os impostos cabíveis. Durante mais de meio século, presenciei a corrupção que era escancarada, visível a todos. O fiscal apresentava o valor, fazia-se o acordo e o valor diminuía; o proprietário feliz com o desconto, o agente contente com a propina no bolso e o Brasil prejudicado. Passageiros tarimbados colocavam suas malas no balcão e perguntavam:

> Quanto você quer para deixar tudo fechado?

Após rápido entendimento, continuava com sua bagagem e o fiscal se poupava da papelada.

Os muambeiros passavam direto graças a entendimentos prévios. Prestigiadas lojas no exterior garantiam a entrega de seus produtos, eletrônicos, móveis, tapetes, enfim qualquer coisa, na residência do comprador que não precisava se preocupar com a fiscalização. Despacho de compras como bagagem não acompanhada, tinha truques especiais. Tive um caso pessoal pitoresco.

Estive na Ásia em 1989 e passei por Ho Chi Minh, antigo Saigon. Fiz umas compras pessoais de estátuas e um painel com as quatro estações. Despachei tudo como bagagem não acompanhada. Ao receber o aviso da chegada, fui ao aeroporto com as notas fiscais e

preenchi toda papelada, a fim de pagar o que devia. Uma funcionária examinou por alto e declarou que tinham que fazer uma avaliação do valor.

> Como assim?

Explicou que os valores lhe pareciam baixos e um perito tinha que examinar o que comprara e determinar o verdadeiro valor. Mostrei que eram notas fiscais do governo de Vietnã, pois em país comunista as vendas de artigos para o exterior só podiam ser dele, não existiam lojas particulares.

E daí? Isto não garantia que os preços não tivessem sido abaixados, na opinião dela. O que eu poderia fazer é contratar um perito que se entendesse com o da alfândega e acrescentou:

> Só que preciso lhe esclarecer que o custo da armazenagem corre por sua conta. Isto pode levar uns três meses e não é barato.

Peguei a identificação pendurada no pescoço e li tudo em voz alta. Indignada, perguntou o que é que estava fazendo. Respondi que decorando seus dados, pois não aceitava sua tentativa de extorsão.

Vou publicar tudo no Estadão – disse e entreguei meu cartão de visitas da Fundação Faculdade de Medicina da qual era o diretor executivo.

Ela desapareceu e surgiu uma outra mulher que me pediu desculpas pelo desentendimento. Tratava-se de uma novata, explicou, que não tinha entendida que o problema era a classificação dos painéis das quatro estações que aparecia na nota em vietnamita, que ela não entendia, e em inglês como *Pictur*e e que, realmente, não parecia. Perguntou se não poderíamos colocar como biombo. Respondi que isto não era da minha competência e que providenciasse sem demora os procedimentos para que levasse minhas compras.

Os processos que descrevi, valiam para fiscalização de tudo: indústrias, comércio, construções, trânsito, restaurantes, produção agrícola, tudo. Qualquer empreendedor poderá contar suas experiências. Na realidade, tratava-se de uma corrupção aberta e bem-vinda pela classe produtora do Brasil porque permitia duas coisas: negociar a contribuição devida e, para colocar um tema sensível em termos delicados, levar menos a sério normas e regras feitas para fazer corretamente seus negócios e empreendimentos.

Coloquei no passado o que acabo de descrever em relação às alfândegas e fiscalizações porque é possível que desde as modernizações pela informatização e a operação Lava-Jato as coisas andam mais corretas.

Contudo, em muitas coisas não vejo alteração alguma. Anda-se nas rodovias com velocidades não permitidas e corre-se pelo acostamento. Normas de higiene são desobedecidas em restaurantes. Grilagem de terra, extração ilegal de madeira e minerais,

construções fora dos padrões, são notícias tão frequentes que chegam a aborrecer a população.

CORRUPÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Vamos encarar os tempos mais recentes, quando a corrupção disparou e chegou a níveis que sacudiu o Brasil. Separarei por poderes governamentais apenas para tornar o assunto mais claro, embora seja rara uma corrupção importante não ter a concorrência dos três poderes.

PODER EXECUTIVO

A corrupção do Poder Executivo, institucionalizado na construção de Brasília, continuou em novo patamar durante o Regime Militar e nos primórdios da volta à vida democrática. A mídia falada e escrita informou ocorrências aqui e acolá, porém a população continuou em sua calma habitual até a ocorrência do Mensalão. Propinas sempre ocorreram no Poder Legislativo, porém, em grande escala e partindo do Poder Executivo para que aprovasse seus projetos, cutucou a letargia nacional.

O que entendi das informações que circulavam no temporal de relâmpagos e trovoadas foi que José Dirceu teria elaborado um esquema de comprar apoio no Congresso para os projetos do governo, ou seja, do PT. Ele era o ministro da Casa Civil do Lula. Embora jamais confesso, deve ter recebido sinal verde do presidente, e Dirceu encarregou o tesoureiro do partido, Delúbio Soares, e o publicitário Marcos Valério para repassar mensalmente um dinheirinho aos parlamentares do base do governo. Quem denunciou o esquema e o batizou de mensalão foi o deputado federal Roberto Jefferson, em 2005, pressionado por outro tipo de corrupção. O valor variava de acordo com o Jefferson, de 20 a 60 mil reais por mês. Nada mau.

O presidente Lula deu uma declaração magistral na TV em julho de 2005, que, ao mesmo tempo, é reconhecimento, pedido de desculpa e aponta uma triste verdade:

> “Doa a quem doer, nós vamos continuar sendo implacáveis na apuração da corrupção. O PT tem que explicar para a sociedade brasileira que erros cometeu. O que o PT fez, do ponto de vista eleitoral, é o que é feito no Brasil sistematicamente".

A situação era por demais complicada para fazer uma pizza. Afinal havia muitos deputados envolvidos, exatamente quantos não sei e, talvez, ninguém saiba. Além disso, a base governamental estava envolvida e na Câmara existe oposição a ela e, também, parlamentares sérios. O processo girou mais de um ano nas Comissões Parlamentares de Inquérito e de Ética e houve a sugestão da cassação do mandato de 19 dos acusados. O resultado que encontrei na internet é que 3 deputados renunciaram ao mandato, 1 faleceu e 12 mantiveram o cargo. Somente Roberto Jefferson (PTB), José Dirceu (PT) e Pedro Corrêa (PP) foram cassados e tornaram-se inelegíveis.

O Mensalão chegou ao Supremo Tribunal da Justiça (STF), que numa morosidade

sem precedentes em sua história, levou mais de sete anos para dar o seu veredito. Se não fosse a pressão da imprensa e da opinião pública, provavelmente o esforço de prescrever os crimes por decorrência de prazo, teria tido êxito. Em agosto de 2012, o julgamento dos 38 réus terminou: 25 foram condenados, 12 absolvidos e 1 faleceu no meio do processo.

A procrastinação do STF teve a consequência importante de manter a atenção do público na corrupção que assolava a nação. Propinas, enriquecimentos ilícitos, obras pagas e não realizadas, obras superfaturadas, desvios de verbas, eram notícias diárias. Onde batiam a enxada saía minhoca. Alguns escândalos marcaram o novo milênio. Talvez o maior tenha sido aquele vinculado à Petrobrás.

Petrolão

A Petrobrás foi criada pelo presidente Getúlio Vargas, em 1953. Lembro-me disso porque ele criou um slogan, “O Petróleo É Nosso”, que corria na boca do povo e era um tema favorito de nossas discussões estudantis. O tempo mostrou que nunca foi do povo brasileiro, apenas do Governo que a administrava mal e para proveito palaciano. À população cabia cobrir seus prejuízos e pagar altos preços pelos seus produtos. Nunca foi bem gerenciada e tampouco ficou mais barata nesses quase setenta anos de extração. No entanto, não me recordo de protestos maiores, até que durante o governo do PT ocorresse um desvio multibilionário. O assunto recebeu atenção da mídia nacional e internacional e entrou nos comentários cotidianos dos brasileiros ligados às notícias, que é uma fração menor da nossa população. Por fim, o aparato judiciário se mexeu, a polícia federal cumpriu mandados de busca e apreensão de computadores e documentos. Houve processos e prisões. A operação levou o nome de Lava-Jato e o enfrentamento deste tsunami de corrupção monopolizou a nação.

Minha intenção não é pormenorizar corrupções, mas tão somente mostrar sua irrefutável realidade de nossa democracia e seu crescimento exagerado. Lembro a compra da inútil refinaria norte-americana de Pasadena por um bilhão e duzentos milhões de dólares, em 2006, e sua venda, em 2019, por um pouco mais de quatrocentos e cinquenta milhões. Negócio bom, mão é?

O total saqueado do Petrobrás é calculado em mais de 40 bilhões de reais, porém no Petrolão a corrupção é bem maior. Grandes empresas estiveram envolvidas nas operações: Camargo Corrêa, Odebrecht, Engevix, Andrade Gutierrez, Galvão Engenharia, Toyo Setal, Queiroz Galvão, Mendes Júnior, UTC e OAS. Existe uma série de obras vinculadas à Petrobrás, com contratos superfaturados. O repasse de propinas ultrapassa a imaginação. Basta recordar que Odebrecht usava um banco no exterior, a fim de movimentar apenas as propinas, que somaram de 2008 a 2014, 117 milhões de dólares.

Os governos e as grandes empresas são inseparáveis nas democracias. Este convívio pode ser obrigatório, necessário, conveniente, lícito, ilícito ou criminoso. As

distorções extremas ocorrem quando o governo quer ser dono de empresas ou essas pretendem governar a nação. Num caso há uma transformação para socialismo radical e no outro em algum tipo de ditadura que não do proletariado. Nestas duas décadas tivemos uma inclinação à primeira aberração.

Assim que no poder, o PT aumentou o inchaço tradicionalmente existente do Estado. Há informações abundantes sobre isto na mídia e inclusive declaração de parlamentares. Os números podem não ser exatos, mas certamente próximos da realidade.

Durante seu governo (2003 a 2016) criou 43 estatais e muitos deram prejuízos catastróficos; 8 bilhões conforme uma publicação do Instituto Teotônio Vilela. A Petroquímica Suape e a Petrobras Biocombustíveis deram um rombo de 5 bilhões de 2009 a 2015, jamais apresentaram um balanço anual positivo em suas existências. Além da má gestão, muitos estatais são modelos de cabide de empregos.

Numa democracia equilibrada, o Estado assume os serviços que não são da alçada da iniciativa privada: segurança, fiscalização, educação obrigatória, saúde pública e pouca coisa mais. A maioria dos serviços é melhor que seja feita pela iniciativa privada, pois é mais capaz de bem administrar e gerar riqueza à nação. Claro que há setores em que ambas as gerências são necessárias ou, pelo menos, convenientes. As infraestruturas energéticas e da comunicação, bem como as rodovias, ferrovias e hidrovias, por exemplo, na maioria das democracias são obras do Estado. Após a sua conclusão, em muitas, são transferidas às empresas privadas que são mais competentes na manutenção. A experiência brasileira com as rodovias é elucidativa. Apenas o Estado tinha recursos para construi-las por meio de empresas privadas. Desde que me lembro, pagávamos o preço de vários quilômetros por cada um construído. Esta corrupção era aceita como inevitável, diria que era cultural. A manutenção sempre foi precária e o usuário sofria com os defeitos na pista e no acostamento. As concessões de manutenção a empresas privadas, melhoraram muito o tráfego, porém o custo é transferido aos usuários por meio de pedágios.

Como já me referi, a criação de estatais para sustentar partidos políticos e ambições pessoais é muito antiga. É simplesmente o fruto do desejo de sucesso e enriquecimento de qualquer jeito e custo. Herança do Brasil Colonial.

Nos anos 80, conheci bastante bem o estatal criado pelo Governo do Estado de São Paulo muito antes do PT existir, a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, PRODESP. Tudo começou com a tentativa de informatizar o Hospital das Clínicas da FMUSP por meio da Disciplina de Informática Médica (DIM). No meu livro *Limpando as Gavetas em Tempo de Quarentena* escrevi:

> “A luta para a DIM ser a Divisão de Informática do Hospital das Clínicas e substituir a PRODESP, durou anos e terminou com a retirada definitiva da DIM do HC. A preferência da Superintendência foi pelos serviços da PRODESP e sequer permitiu que os residentes de informática acompanhassem estes

> trabalhos. A meu ver, esta companhia estatal era incompetente para a tarefa e seu luxuoso centro em Taboão da Serra deu-me uma péssima impressão de cabide de empregos. Quando da minha aposentadoria compulsória, em 2006, a informatização do HC-FMUSP era mais precária do que dos supermercados de Higienópolis, bairro onde até hoje eu moro."

A resistência à diminuição das empresas estatais caras e ineficientes, algumas vezes inúteis, é grande. Menos pela corruptocracia do que pelas ideologias da esquerda. Uma minoria dela é séria e honesta, vive suas ideias e tem meu respeito. Infelizmente, contam pouco e suas críticas são ignoradas, alguns até desistem e abandonam o partido. O governo petista teve simpatia por ditaduras socialistas, satisfazendo ideologias e, também, enriquecimentos habituais; tudo bem pragmático. Emprestou 8 bilhões do BNDES para fazer obras, sem concorrência, em países como Cuba, Venezuela e Angola, pela Odebrecht. As corrupções correram desenfreadas. A informação deste empréstimo consta nas declarações do Procurador de Justiça Hélio Bicudo.

Copa da Fifa em 2014

Inesquecível pelos desatinos de planejamento e, mais do que tudo, pela pavorosa queda diante da Alemanha: 7 X 1, ninguém esquece, jamais!

Tudo superfaturado, a imensa corrupção é cantada em prosa e verso e quem nunca ouviu falar, brasileiro não é. Como é diferente do Petrolão! Gastou bilhões, enriquecimento ilícito gigantesco, mas permaneceu quase sempre dentro dos muros da corrupção cultural e foi aceita pela corruptocracia.

Para exibir riqueza que não temos, doze estádios foram usados disseminados pelo território nacional. Os custos logísticos de organização e transporte pouco pesaram, considerando os estádios. Vamos visitá-los.

Beira-Rio, Porto Alegre. Este estádio é privado e foi reformado para a Copa com 330 milhões de reais, sendo que 275 milhões do BNDES. Para as estruturas provisórias foram gastos adicionais 24 milhões negociados entre o clube Internacional e o governo do Rio Grande do Sul.

Arena da Baixada, Curitiba. É outro estádio privado que pertence ao Atlético do Paraná. Sua reforma teria custado igualmente 330 milhões. 131 foi empréstimo do BNDES pagável pelo Atlético, após três anos de carência, em 15 anos. O restante dos recursos, saiu dos governos estadual e municipal, e do próprio clube. O projeto foi questionado pelo Tribunal de Contas da União, mas, como de hábito, deu em nada.

Arena Corinthians, São Paulo. Como se São Paulo não tivesse estádios, gastou-se mais de um bilhão e duzentos milhões de reais para que o clube Corinthians possuísse um estádio privado. Até um museu do time foi construído por 20 milhões. Pronto mesmo, o estádio de Itaquera só ficou um ano depois da Copa da FIFA, quando as arquibancadas provisórias que aumentavam os assentos com 20 mil lugares foram retiradas. Na complexa

arquitetura econômica, Odebrecht ficou parceira de muito anos do Corinthians, e contaram com 400 milhões do BNDES e 420 milhões da Prefeitura Municipal de São Paulo a serem reembolsados em condições muito favoráveis. O prefeito era o petista Fernando Haddad (2013 – 2016), ex-ministro de Lula que é corintiano. Deixando o superfaturamento de lado, há que reconhecer que os corintianos mereciam um estádio e que este valorizou muto o bairro de Itaquera.

Maracanã, Rio de Janeiro. O maior e mais famoso estádio do Brasil precisava de reforma, ou melhor: de mais uma reforma. Com fama de superfaturado, desta vez gastou 40% mais do que anunciado: um bilhão e cem milhões de reais, quase o mesmo que a constrição do novo estádio em São Paulo. BNDES entrou com 57% dos custos e o restante foi pago pelo Tesouro Estadual do Rio de Janeiro. Informações da mídia dizem que para reembolsar as dívidas, este glorioso estádio do Brasil, o maior do mundo por muitas décadas, foi concedido a um consórcio formado pelas empresas Odebrecht, IMX (do empresário Eike Batista) e a norte-americana AEG, até 2048! O acordo também prevê o pagamento anual de 5 milhões e o investimento de 600 milhões em melhorias em torno do complexo do estádio.

Mineirão, Belo Horizonte. Saíram 400 milhões do BNDES e 295 da Minas Arena para adaptar este estádio monumental às exigências da Copa Mundial. É a informação que consegui. Minas Arena é um consórcio de empresas que administrará e explorará o estádio por 24 anos! Houve questionamentos do Ministério Público de Minas Gerais e falou-se na abertura de um CPI. Como de hábito, deram em nada.

Arena Pantanal, Cuiabá. A construção deste estádio era para custar 342 milhões de reais previstos, porém, por incrível que pareça, custou aos cofres do governo 620 milhões. A cidade não tem futebol para preencher os assentos que oferece, após os quatro jogos da Mundial, e ainda não decidiu o que fazer com seu elefante branco.

Mané Garrincha, Brasília. É nosso elefante branco de luxo. Estima-se que seu custo foi em torno de 2 bilhões de reais. Discussões sobre superfaturamentos não faltam, entretanto, a tristeza se concentra sobre seu futuro de longos períodos de desuso. Brasília possui fortes times políticos, porém futebol lhe falta. Não tem times nem na terceira divisão nacional, neste momento em que escrevo.

Arena Pernambuco, Recife. Poucas informações tenho da construção deste estádio. Segundo o Portal da Transparência do governo federal, o custo foi, aproximadamente, de um bilhão de reais, em parte pagos pelo BNDES e o Banco do Nordeste do Brasil. Parece que o consórcio Arena Pernambuco Negócios e Investimentos, uma parceria da Odebrecht com o Governo de Pernambuco, ganhou o direito de administrar o estádio até 2043! O consórcio tem direito de fazer shows, feiras, convenções e outros espetáculos para se ressarcir e vendeu por 100 milhões os direitos do nome do estádio à cervejaria Itaipava.

Fonte Nova, Salvador. Uma reforma necessária em uma das cidades mais brasileiras e turísticas do país. O esquema econômico foi original. Odebrecht e OAS foram as empreiteiras que custearam a obra, além dos 400 milhões do BNDES. O Governo da Bahia, por sua vez, pagará às duas empreiteiras R$107.320.000 anuais até totalizar 1,6 bilhão. Apenas uns 15 anos. O contrato também contempla as habituais explorações econômicas do consórcio e do governo baiano nos próximos 34 anos!

Castelão, Fortaleza. Se as informações forem corretas, é um ponto fora da curva. O esquema é similar ao caso do estádio baiano, porém a reforma custou menos do que projetado.

Arena Amazônia, Manaus. A verba para o novo estádio veio do BNDES, os 400 milhões habituais e o restante do Governo de Amazonas. Há divergências quanto aos custos da construção, estimado entre 600 e 700 milhões de reais e, também, no prazo de reembolso: 20 a 30 anos. Entretanto, como Manaus não tem futebol para encher o estádio, terá que hospedar espetáculos de diversos tipos. Acho que será fonte de muita corrupção e a decadência será seu destino bem antes dos 20 a 30 anos.

Arena das Dunas, Natal. É, construções sobre areias não dão muito certo. Trata-se de mais um estádio a procura de um destino após a Copa. A empreiteira OAS fez jogo financeiro arriscado, sujeito a acertos e riscos futuros. A obra foi orçada em 400 milhões e o empréstimo contraído do BNDES montou em 395 milhões. O ressarcimento da firma, baseia-se na administração mista do estádio, em parceria com o Estado do Rio Grande do Norte, por 20 anos e pagamentos mensais pelo governo durante 17 anos que, no fim, somaria 1,4 bilhão de reais.

Quando penso na quantidade de estádios que já tínhamos, creio que poderíamos ter poupado bilhões, atendendo todas as exigências da FIFA. A qualidade de futebol apresentada, não esteve nas preocupações do Poder; o filé mignon era bem outro! O osso de 7 X 1 ficou para o povo. Junto com o 2 X 1, de 1950, será roído por séculos!

Olimpíada no Rio de janeiro, 2016

A meu ver, realmente um evento desnecessário ao Brasil. Nem o entusiasmo popular e menos ainda as condições econômicas justificavam o gasto estimado em torno de 40 bilhões de reais. No entanto, o governo do presidente Luiza Inácio Lula da Silva queria mostrar ao mundo sua eficiência no poder e as possibilidades de lucro e enriquecimento ilícito, atiçaram as energias de empresários e políticos, sobretudo do Rio de Janeiro, sede das Olimpíadas. O Brasil derrotou os outros pretendentes e ficou com a incumbência de realizar os jogos.

As olimpíadas foram abertas pela presidente Dilma e decorreram satisfatoriamente. As promessas que as construções teriam grande utilidade para a cidade, em sua maioria não se cumpriram e já mostram sinais de deterioração ou aguardam alguma utilidade.

Provavelmente, se não houvesse tanto envolvimento pessoal de políticos, tudo teria sido acolhido pela corruptocracia.

Claro que encheu de dinheiro muitos bolsos, a começar pelos governadores do estado. O governador de plantão era Luiz Fernando Pezão que foi processado e preso. No entanto, as obras foram feitas na época do seu antecessor Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho, já condenado por corrupção e preso. No Rio, a corrupção governamental virou tradição: este século todos foram acusados e presos, começando por Anthony Garotinho, que ocupou o Palácio das Laranjeiras de 1999 a 2002 até o mais recente, Wilson Witzel, afastado recentemente e aguardando seu destino. Escrevo isto em fins de maio de 2021.

A corrupção nas Olimpíadas de 2016 começou cedo. Para mim a mais repugnante e que denuncia as futuras e enormes corrupções, é uma de menor quantia feita pelo presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Nuzman. Passou 2 milhões de dólares, em 29 de setembro de 2009, para o filho de Lamine Dick, presidente da Federação Internacional de Atletismo e membro do Comitê Olímpico Internacional, garantindo seu voto, apenas um voto, para Rio de Janeiro sediar os Jogos. O depósito foi de Arthur César de Menezes Soares Filho, porém, evidentemente, com a ciência e envolvimento do governador Cabral e outras pessoas. Sabe-se que Nuzman e Cabral fizeram 15 viagens internacionais para conseguir votos. Pelo que li na internet, a descoberta de compra de votos resultou da investigação pela Lava-Jato e o Ministério Público francês, do pagamento de propina a membros do Comissão Olímpica Internacional, a fim de que fizessem vista grossa a casos de doping. Enfim, nossa Olimpíada fedeu de ilícitos de vários tipos.

Outras corrupções do Poder Executivo

A visita que fizemos aos estádios da Copa do Mundo poderíamos repetir com as rodovias, desde a primeira que ligou Rio de Janeiro à São Paulo, a Dutra, os aeroportos e docas, as usinas hidroelétricas e refinarias de petróleo. Nas obras do governo, de todas as épocas, superfaturas, propinas, enriquecimentos ilícitos, fazem parte do Custo-Brasil. É um termo cunhado para indicar os empecilhos que atrapalham a indústria e o comércio, a produtividade e a eficiência do trabalho dos empreendedores nacionais e internacionais. Seus componentes comumente citados são o cipoal burocrático, jurídico e tributário, assim como a falta de infraestrutura. Da corrupção não se fala, apenas subentende-se porque pode beneficiar ambos os lados, aquele que decide e aquele que faz. O prejuízo é sempre do Brasil, dos participantes é apenas uma possibilidade.

Considerando nossa história desde os tempos coloniais, nos primeiros tempos o prejuízo era inexistente, desde que alguém de nível social superior não fosse prejudicado. Depois, lentamente através dos séculos, , os riscos da corrupção aumentaram. A população rural que suava nos campos e os trabalhadores na cidade que ralavam as mãos, tinham uma vaga ideia da corrupção e aceitavam-na como integrante do pesado cotidiano. Os

grupos produtivos da classe média para cima, sabiam que era componente necessário, a fim de que as coisas acontecessem. O poder público criou os sistemas de tribunais de conta federal, estadual e municipal com a finalidade de fiscalizar a correção dos gastos públicos. Na prática, eram mais um biombo à corrupção. Sim, pois aprovavam as contas, entretanto não as honestavam, como ficou evidente nestes últimos anos, quando governadores e prefeitos foram processados por corrupção, embora tivessem aprovação dos tribunais de conta.

Lembro-me bem da indignação causada pela declaração de um dos conselheiros do tribunal municipal. Quando interpelado por um repórter sobre as contas do prefeito Maluf, justificou o inexplicável declarando com uma tonalidade que soava como mistura de superioridade e indignação, que a contabilidade do Tribunal não era coisa para leigos, lá dois mais dois não era quatro!

Em vários tribunais de contas da nação, seus conselheiros foram afastados por improbidade e a população ficou descrente de que estes instrumentos de controle cumprissem suas funções.

Turbulências econômicas e desastres naturais têm favorecido a corrupção.

Crises econômicas existem de muitas espécies. Entre nós uma das mais comuns e prolongadas foram as inflações, por vezes muito cruéis. Digo cruéis porque machuca os que não tem quase nada e destrói aqueles que tem pouco. Mais de 80% de nossa população quando consegue economizar algo coloca numa poupança qualquer que evapora inexoravelmente na inflação. Há mais de vinte anos que navegamos em águas relativamente calmas e, portanto, existem muitas pessoas que não sabem o que é receber o salário e gastá-lo imediatamente porque no fim do mês vale 20% a 30% menos. Era uma boa época para o enriquecimento dos capitães da economia e especuladores competentes. Os primeiros, por exemplo, conseguiam informações privilegiadas para investimentos na bolsa, e os espertos possuíam dinheiro, tempo e habilidade para comprar e vender nas horas certas.

Em tempos difíceis, muitos enriquecimentos são mais frutos das circunstâncias do que da corrupção. Conto o caso do Hospital das Clínicas da FMUSP nas épocas de inflações galopantes pelas quais passamos.

O Hospital precisava comprar comida para seus doentes. A superintendência da autarquia era obrigada a fazer uma licitação e comprar os produtos mais convenientes. O vendedor enfrentava incertezas de tempo entre a oferta da mercadoria e o recebimento do seu dinheiro. A primeira ocorria entre a publicação da licitação e as propostas dos vendedores, a segunda, era o período de espera da comunicação do vencedor e, finalmente, a última, entre a data da entrega da mercadoria e o recebimento do dinheiro do hospital que poderia levar um a três meses. Como calcular o preço de sua mercadoria com

a desvalorização crescente da inflação? O mais seguro aos fornecedores era fazer carteis e decidir quem ia ganhar a licitação, assim um fazia o melhor cálculo possível e os outros apresentavam custos mais altos. Isto é contravenção, porém a outra possibilidade seria não participar das licitações. A superintendência do HC, também enfrentava crítica séria: o preço dos alimentos na data da compra era bem mais alto do que aquele que constava no mercado. Se não houvesse licitação e nem demora no pagamento, tudo seria muito mais barato. E aí temos o círculo vicioso: as medidas para evitar a corrupção na compra, além de encarecer muito a administração pública, estimula a corrupção da venda, que em tempos de crise são compreensíveis e facilmente encobertas.

Da mesma forma, em desastres naturais, como enchentes, queimadas e temporais. Não há tempo para licitações e os dirigentes têm que tomar decisões emergenciais, fora das normas e regras da administração. São momentos que proporcionam reconhecimentos de gratidão e heroísmo, mas também boas oportunidades de enriquecimento ilícito. A pandemia que vivemos é uma situação destas, grave e prolongada. Foi declarada economia de guerra, ou seja, reconheceu-se a necessidade de medidas extraordinárias, escancarando portas para o bem e o mal. Quando a poeira se assentar, permitindo análises ponderadas e acuradas, verificaremos corrupções bilionárias que já estão aparecendo nos hospitais de campanha construídos, respiradores e remédios comprados e outras medidas essenciais para combater a coronavírus. Espera-se da justiça que, em consideração ao sofrimento humano, o que for descoberto e caracterizado como desvio de recursos do combate à COVID-19, seja considerado crime gravíssimo.

As corrupções do Poder Executivo contaminam os outros. Bom exemplo é a utilização descabida de aviões particulares, a começar pela presidência da República.

Foi na época de Getúlio Vargas que se inaugurou a moda, no início defensável, pois era uma aeronave militar em prontidão para o Presidente da República em casos de alguma ameaça consequente a desordem civil ou guerra. Com o tempo, virou transporte para todos os eventos da presidência, passou a ser adotado pelos ministros requisitando os aviões da Força Aérea Brasileira e não demorou muito que ficasse hábito no Senado, Congresso e Supremo Tribunal Federal. Se não há disponibilidade na Força Aérea, servem jatinhos. Naturalmente, tudo pago com o erário público. Viagens que poderiam ser feitas por menos de mil reais, muitas vezes custam sessenta. No processo do governador Cabral, descobriu-se que se usou helicóptero pago pelo estado, a fim de transportar um cãozinho de estimação ao veterinário.

Os transportes VIP ficaram rotineiros e ninguém dos usuários pensou que isto era um deboche para o povo sofrido do país. A presidente Dilma foi a Moscou com seu avião para um compromisso oficial. Tudo bem. Na ida fez uma escala fora da agenda, em Portugal, para almoçar com seu ministro da Justiça, Cardozo, e o ministro Lewandowski do STF, que por lá estavam. De acordo com Cardozo, foi Lewandowski que solicitou o encontro para

tratar o ajuste salarial do Judiciário. Pode ser que outros assuntos estiveram na pauta, cuja importância nunca saberemos. Contudo, ninguém protestou o custo de uma paradinha de um jato de grande porte para um almoço que poderia ter se realizado em Brasília, com a economia de dezenas de milhares de reais. As pessoas do poder público perdem a noção do valor do dinheiro porque não sai de seus bolsos.

PODER LEGISLATIVO

A rachadinha, tão em evidência pelo envolvimento de Flávio Bolsonaro, é cultural, faz parte do enriquecimento dos poderes públicos há séculos. É apenas uma modalidade do direito de distribuir benesses com lucro pessoal, que nem sempre é dinheiro, pode ser outas vantagens. Não há consenso entre os juristas de agora que tipo de crime é; os de antigamente, nem a caracterizavam como crime, apenas algo de moralidade discutível. A prática está enraizada e generalizada no senado e câmaras de deputados e de vereadores. Está ligada à questão dos funcionários fantasmas, parentes e apaniguados. Os primeiros nem aparecem, portanto há vantagens nos dois lados, do contratado e do contratante. Dos outros, é uma situação mais complexa e variada. Na rachadinha clássica, entre o grande número de funcionários e comissionados que os nossos representantes têm direito a contratar, alguns são constrangidos pela exigência de repartir o salário e outros, felizes porque o que recebem já é uma melhora na vida.

Investigar rachadinha virou moda recentemente em muitos estados e municípios. A imprensa noticia que o Ministério Público do Rio de Janeiro investiga mais de 20 políticos supostamente envolvidos nesta prática, sendo que André Ceciliano (PT) e Paulo Ramos (PDT) estão no topo da lista. O primeiro com suspeita de 49,3 milhões e o segundo com 30,3 milhões de reais. Ao lado deles, Flávio Bolsonaro com nem de 10% destes valores, parece principiante ou incompetente, porém está nos holofotes por ser o filho do presidente. Tenho a impressão de que nesta história de rachadinha tem tantos políticos que tudo terminará em pizza.

O Poder Legislativo da República do Brasil é o Congresso Nacional constituído pela Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Seu princípio é soberania popular e representação. Nasceu com a Proclamação da República, em 1896, baseando-se na democracia norte-americana que representa os estados por meio dos senadores e o povo, pelos deputados federais.

As sucessivas constituições brasileiras (1934, 1937, 1946, 1967, 1988) fizeram alterações e, atualmente, temos três senadores por estado e Distrito Federal, ao todo 81 senadores. A legislatura dos senadores é de oito anos. A eleição dos deputados federais não é exatamente proporcional a população brasileira porque a Constituição determina o número mínimo de 8 e máximo de 70 por estado. Assim, estado com pequena população

será mais representado e estado com grande, menos representado. Com 8 representantes temos 10 estados e o Distrito Federal. Quais são os beneficiados de super-representação não me interessou a descobrir. Na infrarrepresentação, só temos o Estado de São Paulo. O Brasil tem 513 deputados federais e suas legislaturas são de quatro anos.

Além do Poder Legislativo Federal, temos estaduais, municipais e distritais, respectivamente, com deputados estaduais, vereadores e deputados distritais.

A atribuição do Poder Legislativo é, basicamente, legislar e fiscalizar, além de algumas determinações pela Constituição. Diria que é vital para o progresso das democracias, essencial para a saúde física, psíquica e social da nação. Lamento a dizer, posso estar enganado, mas não consegui detectar durante a minha vida, determinações, planos e projetos do Poder Legislativo, sobretudo Federal, que ajudasse o Brasil a sair do seu terceiro-mundismo. Com a imensa riqueza e o povo que temos deveríamos estar muito mais adiante. Sonho e visão de todos os colonos que aqui vieram desde João Ramalho, finalmente sintetizada em uma frase feliz por Stefan Zweig, em 1941, ***Brasil, o País do Futuro***, parece cada vez mais além de nosso horizonte. Imagino que minha visão muitos poderão condenar e apontar importantes conquistas do Poder Legislativo. Sim, deve haver páginas gloriosas em sua histórica de cento e trinta e dois anos, porém há que reconhecer que vivemos na Era Digital e existe uma efervescência mundial de progresso e modernização. Nesta marcha o Brasil continua entre os países em desenvolvimento, marcando passo.

O que não faltou é esforço para transformar a representação do povo em uma das profissões mais rendosas do país, cobiçada por muitos. O lema *Ordem e Progresso*, colocado em nossa bandeira pelos positivistas que fundaram a República, perdeu-se nos corredores do Congresso Nacional. Parlamentares que enxergam as necessidades do Brasil, que trabalham para solucionar os problemas de seu povo, sérios e honestos, talvez estejam em minoria nas duas casas do Congresso.

As resoluções são demoradas não pela análise pormenorizada, mas pelas discussões desordenadas e, muitas vezes, estéreis. Onde há eficiência é na aprovação de benefícios próprios. Afirmação dura que se escuta em toda parte. Periga ser caluniosa. O leitor que julgue.

Não é difícil conseguir na internet informações. Pessoalmente acho que a exatidão dos números é irrelevante. Uma tabela de 2014, mostra o seguinte:

	DEPUTADO	SENADOR
Salário básico	26.723,13	26.723,13
Cotão*	35.778,71	34.684,80
Auxílio-moradia	1.666,67	938,27
Verba de gabinete	78.000,00	82.000,00
Ajuda de custo	1.113,46	1.113,46
Despesas médica	565,93	ilimitado**
Dentista e Psicólogo	não tem	2.166,58
Combustível	não tem	1.052,00
Telefone fixo	no cotão	660,49
Gráfica	ignorado	11.228,40
TOTAL	**143.847,91**	**160.567,13**

* Cotão – Jargão usado para designar o benefício para o “exercício da atividade parlamentar”. Verba que serve para muitos gastos, principalmente, para passagens aéreas. O valor varia de estado para estado e os números acima são médias, ou seja, o total é dividido entre os deputados e senadores.

**Acho a diferença entre os senadores e deputados inexplicável. *Ilimitado* permite até deslocamento com jatinhos e tratamentos médicos no exterior. Será que é isso?

A tabela acima é um acinte, um deboche para o povo que paga impostos e custeia esta lambança que não é compatível nem com executivos de firmas de grande porte. Estes, quando incompetentes, são demitidos, enquanto os parlamentares, não importa quão inoperantes ou ignorantes, têm o supersalário garantido até o fim do mandato, quando uma aposentadoria polpudíssima os aguarda.

É fácil calcular o custo anua, é só multiplicar os totais pelo número de senadores e deputados. (81 x 160.567,13 e 513 x 143.847,91) e depois multiplicar o valor total por 12. O resultado é um pouco mais de um bilhão (1.041.598.984,32) e isto foi em 2014. Hoje é mais, pois há que considerar a inflação e, afinal das contas, ninguém é de ferro.

A informação da Agência Câmara de Notícias, de 2018, é que o salário dos parlamentares subiu de 26.723,13 para 33.763,00. O auxílio-moradia que era de 1.666,67 para deputado e 938,27 para senador, passou a 4.253 para aqueles que não moram em residências funcionais. Verba de gabinete de deputado que era 78.000,00 ficou em 106.866,69. É usada para contratar até 25 secretários e que podem ser lotados no gabinete em Brasília ou no estado do deputado. Há outras alterações citadas pela Agência Câmara de Notícias, porém acho que já temos o suficiente para perceber que, enquanto muitos ajustes de salários estão paralisados há anos, o Poder Legislativo está atento à inflação e garante seus proventos. Uma novidade que desconhecia e nem sei se já existia é bem original: No fim do mandato, os parlamentares recebem um salário adicional para as despesas de mudança.

Ouço na mídia que o salário e o benefício dos senadores e deputados estão em

discussão. É certo que há uma significativa indignação nacional e isto merece atenção por causa dos preciosos votos, tão necessários para as reeleições.

O custo do Congresso Nacional é espantoso, muito mais do que se gasta com parlamentares, pois os cofres públicos desembolsam anualmente mais de 10 bilhões de reais, a fim de mantê-lo. A União Interparlamentar informa que é o segundo congresso mais caro do mundo, logo atrás dos Estados Unidos.

As notícias são inquietantes. Assim, parece que só os senadores têm em torno de 3000 assessores, que custaram 372 milhões em 2020. Apesar disto, o Senado Federal anuncia que tem 1.476 cargos vagos e pretende preencher 40 deles. Será aberto um concurso nas carreiras de níveis médio e superior para diversos cargos e as remunerações são muito atraentes, as mais altas chegam a R$ 35.ooo!

A realidade é que nossos parlamentares são mais bem remunerados do que seus colegas dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido; nem se comparam com os da Espanha ou Argentina. Ao mesmo tempo, o salário-mínimo no Brasil é de 1.100 reais e 25% dos trabalhadores vivem com um a dois salários-mínimos. É isto que o Congresso Nacional deveria corrigir urgentemente e não as suas remunerações.

Infelizmente, a atitude dos parlamentares federais é infecciosa e passa aos estaduais e municipais. Um dia o povo brasileiro vai se perguntar: Afinal, pagamos essa conta para que? Na democracia é uma pergunta válida.

O descalabro das remunerações acho que pertencem ao julgamento moral, ou seja, corrupção cultural, mas o Senado enfrenta suspeita de corrupção criminosa, talvez mais que suspeita. Vinte e sete deles defendem-se de questionamentos do Ministério Público, um terço do total. Não é pouco. A Câmara de Deputados também vai por caminho similar. Só de rachadinha são dezenas e não vamos esquecer tudo que falamos ao tratar do Mensalão do PT. Há, também, Mensalão Tucano envolvendo Minas Gerais, transporte de dinheiro em malas e cuecas, estoque de milhões em apartamentos, propinas de toda sorte e muito mais. São assuntos diários das mídias no Brasil. A corrupção está enraizada no Congresso Nacional e imagino que os bons parlamentares são pessoas excepcionais que lidam com imensos problemas jurídicos, ideológicos, morais e de convivência.

PODER JUDICIÁRIO

A base da democracia é o Poder Judiciário, sem isto não há democracia possível. Este poder necessita, obrigatoriamente, um pináculo, uma última instância que é a Corte Suprema ou o Supremo Tribunal Federal. Sistemas Judiciários são indispensáveis também nas ditaduras, nem que seja para manter aparências. É só lembrar de Hitler, Stalin, Castro, Kim e outros. Se você não recorda, verifique, as informações são abundantes.

A justiça é um conceito que evoluiu com o *Homo sapiens sapiens*. A Natureza

não tem e nós levamos centenas de milhares de anos para desenvolvê-la. Devemos ter começado com o direito do mais capaz, entendo por capacidade uma combinação da força física com a inteligência. Quando alvoreceu a reflexão sobre a justiça não sei; os primeiros documentos que permitem analisar os conceitos me parecem já muito sofisticados, indicando um passado longo. As primeiras noções de direitos e leis das civilizações antigas, como da Civilização Egípcia, Mesopotâmica, Védica e Chinesa, são dedutivas dos achados arqueológicos da vida e morte que nelas foram descobertas. Os documentos mais antigos são o Código de Ur-Namu, que reinou de 2112 a 2095 a.C. na cidade de Ur, Suméria, e o Código de Hamurabi, rei da Babilônia, escrita em torno de 1772 a.C.

A justiça durante milênios emanou do Chefe, Faraó, Imperador, Sultão, Rei, enfim de quem dominasse a comunidade. Entre nós ainda se encontram tribos em que o Cacique é o detentor da justiça. As primeiras notícias de uma mudança radical encontramos nas democracias gregas das quais temos documentações completas e pormenorizadas, como relatadas no início deste livro. Penso que o Poder Judiciário foi a coluna menos consistente da democracia de Atenas, que é a melhor conhecida. Como vimos, o Poder Judiciário mudou várias vezes, falhou em outras tantas ocasiões e ficou manchado para sempre no julgamento de Sócrates.

Duas vertentes ou famílias do Direito fizeram escola na Civilização Ocidental Cristã: o Direito Romano e o Direito Anglo-Saxão (Common Law). Brasil construiu seu edifício jurídico mais sobre o Direito Romano, contudo acho melhor deixar este assunto para os que dele entendem e mesmo isto nada tem a ver com a corrupção do Poder Judiciário. Esta é caracterizada quando a administração da justiça, através do cumprimento de normas, leis judiciais e constitucionais, é torpe. Não se trata de erros ou falhas; é desvio consciente das funções, é uso deliberado do Poder Jurídico para fins pessoais ou políticos, é nada fazer quando as leis não servem o povo de um país, é ficar indiferente perante as falhas constitucionais, é romper o equilíbrio que deve existir com os outros poderes da democracia.

O Poder Judiciário é uma rede de juízes, desembargadores, promotores e ministros que cobre a nação e tem muitas obrigações, entre elas resolver questões que não se ajustam às leis criadas pelo Poder Legislativo ou aos preceitos da Constituição.

É de domínio público que nossa legislação favorece os ricos e poderosos. Desde sempre e nem há mais estranheza. O governador do Estado de São Paulo, candidato à presidência do Brasil, Ademar de Barros, dizia nos comícios "Eu roubo, mas faço", e o povo achava graça. Paulo Maluf, prefeito e governador de São Paulo, parece que fazia o mesmo. Antigamente, nada acontecia com os poderosos, desde que não incomodassem os ainda mais poderosos. Esta situação veio a mudar, com a corrupção exponencial durante os governos de Lula e Dilma. Pela primeira vez, ocorriam no Brasil manifestações públicas de grande porte contra a corrupção. A Procuradoria Geral da República e o Ministério Público mostraram-se preocupados. Autorizados por juízes, a Polícia Federal fez um conjunto de

investigações batizado de Operação Lava-Jato, em 2014, que já foi mencionado.

A absoluta maioria dos casos de julgamento dos poderosos da nação, está em função da reação popular: quanto maior, maior a probabilidade de condenação. O processo, desde o crime até o veredito, leva anos porque os recursos à disposição dos advogados são mais do que muitos.

Com todos os problemas que atualmente aflige o sistema judiciário dos Estados Unidos, é melhor que o nosso. Poderosos são condenados e cumprem sua pena com os outros presos. Caso ilustrativos é de José Maria Marin que foi governador de São Paulo, presidente da Confederação Brasileira Futebol e executivo da Federação Internacional de Futebol (FIFA). Não deixou bom nome nestes cargos e a corrupção na FIFA foi investigada sob a liderança do FBI. Em 2015, ele teve a má ideia de visitar Zurique, onde foi preso e, após seis meses, extraditado aos Estados Unidos. Condenado, passou vários anos em prisão norte-americana. Não creio que isso teria passado, se tivesse permanecido no Brasil. Existe mais de um cartola corrupto que anda por aí impune.

Mesmo quando condenados, o tempo nas cadeias é muito menor do que estipulado na pena, sempre se encontra um bom motivo para a saída dos poderosos. Se houver resto a pagar à Justiça, ficam em seus confortáveis lares, quase sempre em regime semiaberto. Neste século, o primeiro que monopolizou a atenção da mídia foi o caso Lalau, a construção do Fórum Trabalhista de São Paulo. Creio que os principais envolvidos foram o desembargador Nicolau dos Santos Neto, o popular Lalau, e o senador Luis Estêvão de Oliveira Neto. Durante os anos 90, desviaram ao redor de 170 milhões de reais, em valor atualizado mais de um bilhão. O desembargador foi condenado a 26 anos e meio de prisão e o senador, já ex por ter sido cassado, a 31 anos, em 2006. Isto na primeira instância. Após a condenação na segunda, Nicolau esteve efetivamente na cadeia de 2013 a 2014 e Estêvão, se a minha informação for correta, de 2016 a 2020.

A lista de corruptos importantes que passou ou está passando por processo semelhante é tão grande que já nem desperta interesse. A máquina da justiça funciona da mesma forma para crimes que nada tem a ver com a corrupção, quando há recursos, influência ou relações para remunerar bons advogados que sabem como usar o sistema concebido a favor dos que têm bala no cartucho.

É possível que esteja dando impressão desfavorável dos advogados. Nada mais longe do que penso, admiro profissionais competentes e é dever deles defender seus clientes dentro do sistema jurídico que temos. O sistema acho corrupto, porém os advogados não são responsáveis por ele. Nenhuma pessoa é, pois é consequência do desenvolvimento histórico brasileiro. O que a meu ver deve ser questionado, é a falta do empenho de mudá-lo pelas pessoas que estão em posição de fazê-lo. Como está é conveniente para um nível econômico-social e injusto a outro.

É inegável que para a população sem recursos, é fonte de injustiças.

Os dados das prisões brasileiras são disponíveis no Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), atualizados e transparentes: a população carcerária, em 2019, era de 758.676 indivíduos. Neste número não está incluído os detentos em delegacias, que são 14.475. Há estudos admiráveis e precisos, comparando as faixas etárias da população brasileira à carcereira, as etnias pela cor, escolaridade, tipos de crimes, tudo em ambos os sexos. As mulheres são menos de 6% da população carcerária. Destes estudos o que ficou evidente que, em geral, jovens, menos de 30 anos, principalmente, da etnia negra do Sudeste do país e pessoas de baixa escolaridade, sobretudo no Amazonas e Pará, são mais dominantes nas prisões do que na população brasileira, como um todo. Os crimes mais frequentes são ligados a drogas associados a roubos e furtos, violências envolvendo patrimônios e pessoas, há crimes contra o estatuto do desarmamento, dignidade sexual e paz pública. No item "outros", que totaliza 2%, estão embutidos os crimes de colarinho branco, boa parte da corrupção clássica. Estes presos são poucos porque, como os estudos observam, pessoas que podem pagar uma boa defesa passam pelos filtros do sistema de justiça criminal.

Existe um esforço para melhorar as condições carcerárias de duas décadas para cá. Criou-se o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que iniciou "mutirões carcerários" em 2008 e, desde então, melhorou uma situação para lá de trágica. Bastaria dizer que no seu primeiro ano de trabalho verificou que 5.365 pessoas foram preses ilegalmente e precisavam ser liberadas imediatamente. Ao decorrer dos anos, centenas de milhares de processos foram analisados e dezenas de milhares de presos foram liberados. A superlotação carcerária não melhorou porque as prisões, desde 2008, praticamente dobraram.

Um dado do CNJ deixa nu a falência do nosso sistema judiciário: de 209.000 presos provisórios, em torno de 100.000 esperava seu julgamento, ou seja, ainda estavam sem condenação.

A prisão provisória é uma presunção da necessidade de um preso aguardar seu julgamento atrás das grades, por pedido do Ministério Público, polícia ou outra autoridade e determinação de um juiz. Medida importante em casos graves, possibilidades de fuga ou por outro motivo. O que não deve acontecer é a falta de julgamento dentro de um tempo razoável. Eu conheci bem um caso em que dois adultos jovens circulavam num automóvel e decidiram assaltar um casal que abastecia o carro num posto. Um partiu para a ação, enquanto o outro ficou no veículo. Ameaçou com uma faca e levou dinheiro e celular do casal. Não houve ferimentos. Uma câmara providencial registrou tudo, a dupla foi presa e os objetos do roubo devolvidos aos donos. A autoridade policial não achou que fosse caso de prisão preventiva e os jovens ficaram em penas restritivas alternativas, no caso prestação de serviço à comunidade, supervisionada pela delegacia de uma cidade do interior, por alguns meses, depois foram libertos. O julgamento ocorreu dez anos depois,

sim, dez anos, e o cúmplice, que conheço, foi condenado a cumprir uma pena de seis ou mais meses, não me lembro bem, em uma prisão de alta segurança. Do perpetuante, que desconheço, não tenho informações. Para mim, uma ação judicial sem sentido algum.

O CNJ relata casos bem mais dolorosos:

- Em 2009, encontraram 42 indivíduos com penas vencidas nas prisões de Alagoas. No ano seguinte, o mesmo foi verificado em Pernambuco envolvendo 50 presos.

- Na Paraíba, L.G.M. cumpriu sete anos de prisão em vez dos três anos e dez meses a que havia sido condenado.

- No Ceará, uma pessoa foi liberada em 2013, quando verificaram que seu alvará de soltura havia sido expedido em 1989!

- Em 2017, houve massacres em seis estados. Em Manaus 122 presos foram assassinados, mas as autoridades sequer sabiam o número dos carcerários; divergiam entre 1.000 e 5.949!

O que apontei são falhas que indicam as péssimas e cruéis condições do sistema prisional do país. No entanto, o sistema também é corrupto e um dos primeiros sinais disto é a falta de isonomia pregada na Constituição. Definitivamente, o tratamento é desigual nos níveis sociais. Mencionei as situações de riqueza e poder, mas há também de educação.

A educação superior dá direito à condições especiais nas prisões preventivas, ou seja, regalias que sem esta qualificação outros carcerários não têm, independente da acusação em julgamento. Esta lei existe desde o governo de Getúlio Vargas. Há outras discriminações como membros do Congresso Nacional, ministros do Tribunal das Contas e algumas a mais. Situação bastante delicada juridicamente porque colide com a Constituição que garante um tratamento igual a todos os brasileiros. Enfim, faz parte da cultura enraizada de dar aos privilegiados mais privilégios. Houve até projeto de lei para terminar com as prisões espaciais que parece ter passado no Senado, porém recusado pela Câmara Federal. É o Brasil corrupto, porém, quanto às prisões, estes privilégios são de menor importância considerando a macabra realidade!

As prisões, salvo exceções, não reabilitam os presos para retornarem à sociedade. Em geral são cárceres mal planejados, pessimamente mantidos, absolutamente superlotados, onde os presos lutam pela sobrevivência, juntam-se a facções e aprendem técnicas de violências e delitos.

Os cárceres, principalmente de máxima segurança, servem de escritório a comandos criminosos. Creio que os mais conhecidos são o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), porém é certo que há outros.

O CV foi fundado pelo traficante Rogério Lemgruber, em 1979, na prisão Cândido

Mendes, situado na Ilha Grande de Angra dos Reis. Vários criminosos foram seus líderes, no entanto a mídia tem destacado Luiz Fernando da Costa, cujo cognome é Fernandinho Beira-Mar. O CV está presente em todas as prisões do país e, é óbvio, tem membros ativos fora delas. Ilha Grande por algum tempo foi o centro educacional mais importante no aprendizado de crimes e os egressos eram especialistas em assaltos a empresas, bancos e joalherias. Foi uma escola para a criação de várias organizações criminosas brasileiras, entre elas o PCC. Nos últimos anos, a medida que se envolvia no narcotráfico, o CV colidiu com o PCC e, atualmente, estão em disputa sangrenta pelos mercados dos países vizinhos. De certo modo, também é responsável pelas milícias dos morros do Rio de Janeiro. Estas são grupos formados, principalmente, por agentes de segurança pública. Com o pretexto de combater o comércio de drogas e oferecer segurança aos moradores diante do CV, praticam descaminhos lucrativos. Gente que percebeu que no Brasil crime compensa.

Tudo leva a crer que o PCC foi fundado, em 31 de agosto de 1993, na Casa de Custódia de Taubaté, São Paulo, por oito presidiários. O intuito inicial teria sido melhorar as condições nas prisões do Estado de São Paulo e exigir justiça pelo massacre que aconteceu no Carandiru, em 1992. Os primeiros líderes sucederam uns aos outros, até que em fins de 2002 assumiu o PCC Marcos Williams Herbas Camacho, mais conhecido como Marcola. Muito capaz, imagino que ajudado por uma cúpula competente, ele construiu uma organização gigantesca com três ou mais dezenas de milhares de membros presos e livres. Presentes em todos os estados do Brasil e, também no Paraguai, Bolívia, Colômbia e Venezuela. Por meio do narcotráfico, roubo de cargas, assaltos a bancos e outros crimes, já faturaram bilhões de reais.

Sob o olhar indiferente ou complacente do judiciário, nosso sistema carcerário é um dos mais podres e corruptos do mundo. Todos os seus muros são mágicos: permeáveis a celulares, armas e informações e protetores dos chefões de organizações criminosas. Entre as celas transitam toda sorte de ordens, até de justiçamentos (entende-se assassinatos), dinheiro e artigos proibidos. Tem antros de lazer, cassinos e praças de guerra para as facções.

Evidente que as poderosas organizações de crime têm firme apoio externo. No início, contavam apenas com o que conseguiam subornar, entretanto, ao passar do tempo, elegeram políticos, formaram advogados e, assim noticiou a mídia, alguns deles ficaram juízes. As toneladas de drogas cuja apreensão assistimos na televisão atualmente, possui um longo e lucrativo passado. O crime compensa na nossa corruptocracia.

O Poder Judiciário brasileiro e seu sistema atrai criminosos internacionais. Repórteres apontaram nestes dias vários chefões do narcotráfico e, pouco tempo atrás, informaram o ruidoso caso do Cesare Battisti que, depois de muitos anos, foi extraditado para Itália onde fora condenado por homicídios.

Estes casos são explicáveis. Brasil é um dos grandes participantes no comércio de

drogas e Battisti teve proteção do presidente Lula que o considerou vítima de perseguição política. Aprendi nos anos sessenta que guerrilheiros e terroristas são faces da mesma moeda. Vistos de um lado, são pessoas heroicas que defendem seus ideais com a próprio sangue. Se matam, fazem o bem, no jargão deles praticam justiçamentos. Do outro, são terroristas que assassinam e precisam ser punidos, se for possível, eliminados. Assim, entendo o empenho em manter Battisti no país e, também, de extraditá-lo. Uma simples questão de perspectiva.

Quando penso no Brasil como refúgio de bandidos, aparecem películas de romances criminais dos anos 50 na memória, em que ladrões falam em fugir ao Rio de Janeiro para escapar das garras da lei. A criatividade de Hollywood resultou de fatos conhecidos desde que figuramos nos mapas internacionais. Nosso país ficou um dos preferidos dos criminosos que desejavam desparecer do mapa. Penso que seja oportuno recordar o caso de Ronald Briggs.

Em 1963, uma quadrilha assaltou um trem em Buckinghamshire e roubou uma pequena fortuna. A alegria durou pouco por causa da eficiência policial inglesa e os ladrões acabaram na cadeia. Muito espertos, conseguiram fugir e nem todos foram recapturados. Em 1970, um deles, Ronald Briggs, chegou ao Brasil e se escondeu no Rio de Janeiro. Quatro anos depois foi descoberto, porém não havia entendimentos de extradição recíproca entre Brasil e Inglaterra. Briggs teve um filho de Raimunda de Castro, dançarina em casas noturnas. Este é uma das primeiras providências dos criminosos, embora juridicamente de valor incerto. Teve uma vida social intensa e lucrativa na Cidade Maravilhosa. Graças à legislação, livrou-se de um sequestro bem-sucedido que o levaria à Inglaterra; devolveram-no ao Brasil da ilha de Barbados. Durante o regime militar, Brasil e Inglaterra celebraram extradição recíproca, mas a informação que consegui na internet é que as autoridades inglesas não quiseram a extradição de Ronald Briggs porque isso implicaria uma retribuição com extradição de refugiados políticos brasileiros.

O criminoso inglês teve uma vida glamorosa no Rio. É certo que dava entrevistas frequentes, até a populares. No comércio turístico havia camisetas e objetos com estampa de Briggs a venda. A população celebrava um ladrão internacional sem ideologia política alguma e admirava sua condição de refugiado. A cultura do errado, a aceitação de bandidos internacionais simpáticos já se havia enraizado no Brasil.

Em 2014, nosso sistema judiciário foi sacudido como nunca em sua história pela Operação Lava-Jato. A Polícia Federal, órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, fez uma série de investigações sobre lavagem de dinheiro no montante de bilhões de reais. As buscas, apreensões e prisões, autorizados por juízes, monopolizaram as notícias por anos. Nestas operações a atuação de Sérgio Moro, professor na Universidade Federal do Paraná de Direito Processual Penal e juiz federal, destacou-se e mereceu admiração nacional.

A Operação Lava-Jato prendeu, processou e condenou mais de cem pessoas por gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida. Enfim, a maior ofensiva contra a corrupção na história brasileira, em que personalidades absolutamente singulares, diria intocáveis, acabaram na prisão. A lista é impressionante e tem, entre outros:

Um presidente da República.

Vários ex-ministros do Poder Executivo.

Governadores de estado.

Ex-senadores e ex-deputados federais.

Operadores ligados a partidos políticos.

Presidente e altos funcionários da maior empresa pública do país, a Petrobrás.

Donos, presidentes, executivos e altos funcionários de empresas privadas, algumas delas as maiores do Brasil.

Doleiros que serviam as pessoas mais destacadas do poder nacional.

Certamente, erros aconteceram. Onde não ocorrem? Quem não comete? Só aqueles que nada fazem ou mentem. Na Lava-Jato fizeram acordos de declaração premiada, alguns criticados, outros necessários. Muito mais criticáveis são os juízes e ministros do STF que soltaram indivíduos condenados até em segunda instância, permitiram prisão domiciliar a condenados por muitos anos, facilitando até a fuga.

A Lava-Jato estimulou outras condenações ousadas.

Li uma notícia de que desembargadores e juízes baianos montaram um esquema de venda de sentenças favorecendo grilagens de terra. A denúncia do Ministério Público Federal foi aceita pelo Superior Tribunal de Justiça.

A operação policial, denominada de Greenfield, deflagrada pelo Ministério Público, investiga desvio de bilhões de bancos estatais e fundos de pensão. É bem complexa, pois envolve vários estados e o Distrito Federal. Na internet encontrei várias fases da operação, com 43 denunciados, alguns já presos. O nome da operação sugere que houve investimentos indevidos em projetos ainda no papel, quando os empreendedores procuram recursos para construir suas empresas (investimento chamado de Greenfield). Este combate a corrupção também enfrenta séria oposição em setores do Poder Judiciário.

Desde os fins de 2019, os esforços contra a corrupção enfraqueceram. A ingerência política sobre a Polícia Federal e, por incrível que pareça, sobre a Procuradoria-Geral são orquestradas com sucesso. As operações Lava-Jato e Greenfield estão sendo desmontadas. Tudo leva a crer que a corrupção, especificamente o enriquecimento ilícito de servidões

públicos, continuará. Parece que o Brasil não tolera o bandidismo, crimes violentos, furto e roubo de bens privados, porém, conluio do poder público com empresas para participar dos lucros e várias modalidades de usar o erário público para proveito próprio, faz parte da cultura e o tempo para mudar isto ainda não chegou.

Talvez os próceres do Lava-Jato ignoraram ou não deram a devida importância que a época certa para transformar a corruptocracia brasileira em democracia mais autêntica, ainda estava distante. Sem a corrupção cultural, o país travava, uma transição violenta fazia mais mal do que bem. Isto mão significa que, somando tudo, a Operação Lava-Jato não fosse admirável e positivo, um marco histórico glorificado nas páginas do futuro.

O pináculo do sistema judiciário é o Supremo Tribunal Federal, o santo Graal da Democracia. Este também é minha convicção. Quem nele toma assento deveria ser o melhor dos melhores juristas, um sábio da nação. Definitivamente, não é nosso caso e nem pode ser. Reza a Constituição que os ministros do STF são nomeados pelo presidente da República e confirmados pelo Senado. Neste século tivemos Fernando Henrique, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro como presidentes; destes, Temer parecia ter os conhecimentos e a cultura necessária para indicar ministros ao STF, já que possui doutorado em Direito Público. Indicou Alexandre de Moraes que, a meu ver, é mais político do que jurista. Então, me pergunto, quais são os critérios de escolha? Será que faço uma injustiça ao pensar que quase sempre a simpatia pela pessoa e sua serventia em servir os interesses de quem indica? Acho que não. Poucos parecem pontificar em conhecimentos jurídicos e o caso do ministro Toffoli, que não logrou passar no concurso para juiz substituto do Estado de São Paulo em duas tentativas, é eloquente. Serviu durante anos o presidente Lula e foi nomeado por ele para o STF.

Dos atuais onze ministros, um foi nomeado por Fernando Henrique, três por Lula, quatro por Dilma, um por Temer e os dois últimos por Bolsonaro. Entre eles vários tiveram atividade política partidária e até subiram nos palanques durante as campanhas presidenciais. Em si, isto não os desclassificaria para o ministério no STF, se assumissem a posição de imparcialidade indispensável ao cargo, porém é evidente par quem acompanha seus julgamentos que não é o caso. Apenas dois exemplos:

Ricardo Lewandowski presidiu o impeachment da presidente Dilma, em 2016. O julgamento dos impedimentos presidenciais está claro no parágrafo único do artigo 52 da Constituição:

> Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, ***com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública,*** sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis. (negrito meu)

A condenação saiu sem a inabilitação acima prevista. Como? Por um artifício

extraordinário. Forçou-se uma manobra de fatiar esta frase da Constituição em duas votações: uma para a perda do cargo e outra para a inabilitação para o exercício de função pública. Em ambas a presidente foi condenada pelos senadores, só que na primeira votação por dois terços e na segunda sem atingir este patamar exigido pelo artigo 52.

Este caso também jogou a isonomia no lixo. O impedimento de Fernando Collor foi julgado em 1992 e ele foi afastado das funções públicas por oito anos, como reza o parágrafo.

E o STF? Deixou tudo por isso mesmo.

As interpretações desta manobra, obviamente, variam de brilhante por parte de quem apoia a Dilma e o PT e um atentado contra a Constituição pelos contrários.

Edson Fachin achou o pelo no ovo que possibilitou Lula disputar a presidência em 2022. Simplesmente ignorou as decisões dos juízes em duas condenações e determinou a incompetência da 13ª Vara Criminal de Curitiba para julgar processos contra o ex-presidente. Isto dois anos após a condenação aprovada pela própria STF. Os pormenores podem ser lidos em vários artigos na internet, porém acho que pouco interessam. A inexplicável e injustificável decisão, aceita pelo STF, será objeto de inúmeros argumentos jurídicos que se definharão perante a inquestionável intenção política. Permitirá que os brasileiros possam escolher Lula para a presidência da gestão 2022 – 2026, pelo menos na visão que tenho em meados de julho de 2021.

Estas decisões não louvam o STF, mas existem algumas outras que acho bem negativas.

A distribuição de *habeas corpus* livrando presos é fonte constante de irritação da população que a percebe mais como atos de benesses do que de justiça. Um caso que chocou foi a liberação de André do Rap pelo ministro Marco Aurélio Mello. Sua decisão baseou-se no fato que o réu, seu verdadeiro nome é André de Oliveira Macedo, estava na prisão sem uma sentença condenatória definitiva por tempo que excede o limite permitido pela legislação brasileira. Determinou, também, que André do Rap deve informar à justiça sua residência, a fim de que possa ser contactado, caso necessário. Beleza! Em poucas horas este criminoso, chefão importante do PCC e um dos grandes do narcotráfico internacional, desapareceu dos radares e, possivelmente se encontra em conforto e segurança em alguma parte fora do Brasil.

Talvez a maior revolta contra a estapafúrdia medida, veio da segurança pública paulista que, conforme a imprensa, considerou a decisão do ministro do STF um “desrespeito ao trabalho policial”. Afinal, se gastou muito esforço, recurso e tempo para prender André do Rap, em um de seus refúgios de luxo em Angra dos Reis.

Tenho certeza de que o ministro Marco Aurélio está coberto pela Constituição e as leis, mas não pela justiça e nem pelo bom-senso. Isto porque há justiça além da

Constituição e leis, e milhares de presos no Brasil sem sentença condenatória mofando nos cárceres. Os sacerdotes do templo mais sagrado da Justiça deveriam estar preocupados com a terrível morosidade dos processos e a defasagem das sentenças com todos, e não distribuir clemências a poucos. Como não perceber que nossas leis e a Constituição ajudam os privilegiados e servem mal à população geral? Os policiais estão cansados de prender bandidos e vê-los dias depois soltos pelos juízes. Mal preparados, mal armados e mal pagos, percebem que o crime compensa. A mídia tampouco os prestigia. Li uma informação de 22 de abril de este ano, que 198 policiais morreram no ano passado, 10% a mais do que em 2019. Imagino o efeito psicológico negativo sobre estes profissionais que diariamente confrontam roubos, assassinato e desgraças de todos os tipos. Não posso entender poque o governo deixa de fazer uma reforma radical em nosso sistema de segurança.

A partir dos anos sessenta, começou uma mudança cultural e aos poucos foi-se entendendo que a sociedade tem responsabilidade na escolha de pessoas pela criminalidade. Certo e fez-se correções. Com as décadas o pêndulo foi para o outro lado, deixou-se de reconhecer a responsabilidade individual nos piores descaminhos, as penalidades encolheram, a população foi ensinada a não reagir diante os bandidos, nem mesmo em seus lares, e a polícia ficou cada vez mais desmoralizada. Bandido virou vítima. Não é de se estranhar que os crimes prosperaram. Hoje, assalta-se caminhões nas rodovias, rouba-se gado nos campos e explode-se bancos com tecnologias de ponta. Os assassinatos ultrapassam 60 mil ao ano. A insegurança dos habitantes é séria a ponto de tolher a liberdade. Usar celular nas ruas, frequentar a vida noturna, ir a certos bairros, são desaconselhados devido os riscos sérios e reais.

Penso que o maior responsável pelo estádio de sítio que amarguramos é a falha do sistema judicial e não percebo a preocupação do STF como isso. Li com espanto uma reportagem que o ministro Marco Aurélio já soltou bandido de alta periculosidade no ano passado. Foi Moacir Levi Correia, vulgo Bi da Baixada, condenado a mais de 29 anos de cárcere por associação criminosa e tentativas de homicídio. Suas razões foram as mesmas.

Falei em falta de bom-senso. Um exame sumário dos laudos policiais mostra a alta periculosidade destas pessoas. É difícil que um indivíduo formado em Direito não perceba as consequências destes *habeas corpus*. Fortalece as organizações do mal e quem paga o preço com sangue e bens é a população. O ato do STF, estimula juízes a negociar *habeas corpus* com bandidos. Quando as leis e a Constituição deixam de proteger os cidadãos, espera-se que as decisões do STF sejam a seu favor e, a meu ver, nestes casos do ministro Marco Aurélio não foram.

Uma das condições da democracia é o equilíbrio e independência entre os três poderes. Cada um tem sua esfera de atuação e se complementam e, por vezes, divergem. Buscar entendimento e harmonia é necessário. Interferência nas atribuições do outro e negociação de interesses pessoais são destruidores e, infelizmente, é o que temos no

Brasil. Como já relatei, o Poder Executivo paga aos parlamentares para votarem nos seus projetos, o mensalão foi tão somente um pico onde se fez por atacado a prática de sempre. O Poder Legislativo cria toda sorte de obstáculos para apropriar e controlar partes do que cabe ao Executivo. Assim, para governar de algum jeito, este entrega ministérios e estatais aos partidos com mais votos e, em vez de técnicos altamente capacitados na direção dos mesmos, ficamos com parlamentares interessados em fortalecer seus partidos e, sobretudo, seus interesses pessoais que tantas vezes são o enriquecimento pessoal e a perpetuação no Congresso Nacional. Isto vale também para as políticas estaduais e municipais. O Instituto Millenium informa que gastamos, em 2019, 13,7% do PIB no funcionalismo público e 6% em educação e 3,9% em saúde. Sinceramente, a exatidão destes números pouco me interessa, pois sei desde que comecei a trabalhar na USP, em 1962, que a inversão de investimentos é a âncora de chumbo que nos mantém entre os países em permanente desenvolvimento, sem a progressão necessária para alcançar o primeiro mundo. O custo desta máquina de baixo rendimento vem aumentando. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, de 2006 a 2017 o acréscimo foi de 59% e chegou a 751 bilhões de reais! As despesas com os funcionários federais cresceram de 125%, não por aumento de número deles, não, mas pelos salários votados pelo Congresso! Se continuar deste jeito, quebraremos e poderemos encalhar nos baixios da Venezuela que, talvez, seja o projeto do PT para diminuir o salário de todos fora da nomenclatura, o círculo de dirigentes do partido único.

A realidade é que somos uma nação incompetente em melhorar significativamente os índices de educação, sanitarizarão, saúde, salário-mínimo e bem-estar. O Brasil só aparece como competitivo internacionalmente, em empreendimentos de iniciativa privada como, por exemplo, na produção de soja. As tentativas de acabar com a incompetência nos ministérios e companhias estatais parece além da linha do horizonte.

O Poder Judiciário, embora o melhor abonado entre os três poderes, está longe de cumprir sua nobre missão que lhe cabe na democracia. Precisa, antes de tudo, uma reformulação de tradições, das leis e da Constituição. Que o STF interfere nos ouros poderes, a COVID serve de exemplo.

O ministro Ricardo Lewandowski foi o propulsor das interferências. Ele autorizou os governadores e prefeitos comprar vacinas. Dispensou o aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), desde que as vacinas tivessem a aprovação de agências sanitárias internacionais. Uma decisão tão equivocada que até recebeu crítica do ministro Luiz Fux, na época de plantão na presidência do STF. Ficou na crítica e as interferências no Poder Executivo continuaram.

Convencido de sua autoridade em assuntos de saúde, o ministro do STF deu 5 dias para o Poder Executivo se manifestar sobre o orçamento para vacinas e negou o prazo que a ANVISA necessita para analisar os pedidos de importação da vacina Sputnik V. Claro,

o STF junta sua voz àqueles que invocam a autoridade da ciência e que atraso de dias é fatal nesta epidemia de coronavírus. O fato que a ciência está na ANVISA e não no STF pouco importa. Entretanto, o que me incomoda muito mais, é que suas excelências nunca se importaram com as mulheres com câncer da mama que esperam meses para operar o que precisaria ter sido feito ontem. Talvez o motivo seja que a morte por câncer não esteja no foco dos interesses atuais e nem merece economia de guerra. Constatação triste e hipótese de esclarecimento preocupante.

A pandemia é um rosário de interferência dos poderes Legislativo e Judiciário no Executivo, aumentando sua incompetência em combater a virose. Os números nos colocam entre os países que se saíram pior neste confronto.

O STF é antiquado, bem anacrônico. Perpetuam um ritual que precisa de mudanças urgentes. Nos inícios de 2016, já aposentado, dei-me o luxo de assistir as duas sessões do STF sobre os trâmites do impedimento da presidente Dilma. Publiquei minas impressões no Suplemento Cultural da APM, nº 276 e penso que vale transcrever algumas observações.

> O parecer do ministro Fachin ocupou as longas horas de quarta-feira. Seu documento foi claro e muito exaustivo. Após duas horas de leitura ocorreu-me que era prolixo e lembrei-me de uma advertência severa do Professor Carneiro que foi nosso mestre da pneumologia nos anos cinquenta. Mas logo enxotei julgamentos negativos: atribuí sua pormenorização a necessidade de exaurir os meandros da labiríntica Constituição vigente e iluminar o caminho a seus colegas.
>
> Nossa Carta Magna nasceu numa época em que o desejo era corrigir tudo e, por isso mesmo em vez de nortear, oblitera. Os executivos todos só conseguiram governar por meio de Medidas Provisórias que, recentemente, ficaram abusivas. ....
>
> No dia seguinte os membros do STF comentaram o parecer do relator e deram seus votos. Invocaram a Constituição, legislações, pareceres, normas presentes e passadas, jurisprudência, enfim todas as ferramentas que imagino ser próprias do Direito. ....
>
> Assim, foi anulado o que foi feito até agora pela Câmara dos Deputados e, se decidirem manter a instauração do impeachment, o Senado deverá julgar também o mérito da instauração.
>
> O STF favoreceu a presidente Dilma. Provavelmente, ela não sofrerá impeachment, coisa que pouco me importa. Não que ela seja boa e competente, porém não vejo possibilidade de substituição adequada na linha sucessória que corrigisse o desastre político, econômico e social agravado pelo impeachment. Logo, não me incomodou o resultado. Na realidade, meu interesse em observar as sessões estava muito mais no processo de trabalho do STF e este me deu profundo desgosto.
>
> ***Primeiro pela sua formalidade.*** Pareceu-me uma liturgia encanecida, desgastada e mal praticada, absolutamente fora do nosso tempo. As constantes referências pomposas e as vênias chegaram a ser constrangedoras. Os elogios hiperbólicos às fadigas do relator repetidos por todos, soaram falsas

> na boca daqueles que discordavam do seu conteúdo principal. Nem a sessão ou o parecer do relator mereciam, a meu ver, os adjetivos laudatórios que lhes foram atribuídos.
>
> A arrastada verbosidade dos juízes tão somente para concluir que votavam com este ou aquele membro do STF que já se pronunciara foi aborrecido e voltou a minha memória a advertência do meu querido e saudoso professor: “aquele que diz com duas mil palavras o que deveria dizer com duzentas, é capaz de outras infâmias”. Se isto for hábito geral na área jurídica, pensei, não é de se estranhar que a Justiça brasileira é de uma morosidade ímpar e os processos entulham os Palácios da Justiça, assim como as salas dos magistrados, até esta do STF conforme mostrava a TV. ....
>
> ***Segundo pela atmosfera reinante.*** Pensei que os membros do STF agissem como árbitros da Justiça, independente de relacionamentos pessoais e inclinações políticas. Não me pareceu assim, achei o ambiente saturado de política partidária.
>
> Já que os deputados não infringiram nada com a votação secreta, os magistrados invocaram a democracia para ilegalizá-la. Absurdo. Com certeza há momentos em que o segredo aumenta a liberdade e o exercício da democracia, um exemplo é as eleições gerais ....
>
> Esta vivência fortaleceu minha convicção que não há equilíbrio algum entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em nosso país e que Montesquieu se vire no túmulo! Um interfere na esfera do outro quando e como lhe convém. Há indivíduos bons, como em todo lugar, porém os três Poderes comungam dos mesmos interesses, vícios e desmandos que dominam nosso cotidiano.
>
> Eu tinha certa esperança de que o STF fosse uma exceção, não a tenho mais. Ouvi repetidas vezes a expressão "ferir a Lei". Por uns instantes na minha fantasia a Lei ficou um ser vivo e imaginei uma câmara medieval em que palavras e ideias eram torturadas até que certificassem determinadas vontades. Vislumbrei muitos mandantes e os algozes mais refinados vestiam as togas do judiciário.

Os senhores ministros do STF deveriam modificar hábitos herdados de tempos que não mais existem. Sei que abriram as portas para a informatização, porém entre a tecnologia digital organizadora e os ministros deve haver um abismo, pois nenhum deles se educou na Era Digital. A ponte atual é preenchida por técnicos e o progresso deve ser lento. Isto é natural. Contudo, há uma limpeza a fazer que cabe aos ministros.

O STF está entulhado de causas que nunca deveriam chegar para sua apreciação. Acontece que advogados preparados, servindo clientela que paga cifrões com sete números, conseguem arrastar suas causas para lá. Isto não acontece na Corte Suprema dos Estados Unidos, pois a legislação peneira os casos. Naquela casa os julgamentos são mais rápidos e menos politizados. Donald Trump recorreu a ela contestando a lisura das eleições em que perdeu para Joe Biden, após ter perdido dezenas de processos na justiça americana. A Corte Suprema examinou suas contestações e, sem demora, pulverizou-as por unanimidade, embora Trump tenha indicado três juízes para a Corte.

Nosso STF, copiado do modelo norte-americano, a meu ver deveria liderar a reforma

do Sistema e Poder Judiciário brasileiro que servem mal à população. Há muito a adotar do país que inspirou a criação da democracia como regime político na República Federativa do Brasil. Como está, o STF não cumpre sua nobre e indispensável missão exigido pela democracia. Deixou de merecer a confiança nos seus julgamentos e respeito aos seus ministros por grande parte do povo que deveria servir.

E LA NAVE VA

Estas foram as minhas reflexões sobre o regime político em que vivo. **Conclui que é uma corruptocracia com vestes democráticas**. Sinto-me triste, deprimido ou amargo? Nem um pouco. Ver com mais clareza o mundo em que se vive, é positivo e bom. Enganar a si mesmo é se submeter à uma ilusão infrutífera.

Sou muito grato a operação Lava -ato por ter colocado a corrupção na arena das atenções nacionais. Bandeiras de todas as cores apareceram e, como não poderia deixar de ser, a politização foi intensa. Por algum tempo, dominaram as manifestações de intransigente combate à corrupção, sobretudo de candidatos a cargos executivos e legislativos. A irrupção da pandemia, no início de 2020, foi providencial para recolher as bandeiras e voltar à ordem de sempre. A crise sem precedentes em tempos modernos que exigiu respostas administrativas urgentes e socorros humanitários, permitiu aos políticos invocar ciência, saúde, providências sanitárias, número de infectados e óbitos, para o bem e o mal. Em pouco tempo as práticas bem lubrificadas de desviar verbas, do enriquecimento ilícito e outros descaminhos apareceram na mídia, como previamente. Muito se falou de retrocesso; não penso assim. Acho que, após uma reação notável, mas extemporânea, a corruptocracia retomou seu domínio. Se houver uma investigação séria e competente, é bem possível que o Petrolão encontre um companheiro à altura na Covidão. A grande diferença é que no primeiro a corrupção foi muito centralizada e na pandemia é bem capilarizada, desde Brasília até os menores municípios, pela estratégia de combate à virose. A investigação exigirá muito mais esforços.

Antes de condenar a corruptocracia é preciso compreendê-la. Um de seus aspetos fundamentais é que alberga uma pluralidade de corrupções. Existe a fundamental, já explicada tantas vezes e referida como cultural que germinou em épocas coloniais, enraizou e acompanhou a evolução histórica do país. As demais são consequências diretas ou indiretas da cultural ou casuais, independentes dela. A absoluta maioria destas é rejeitada pelos poderes da corruptocracia que toma medidas para combatê-la. As pessoas que praticam a corrupção cultural não são, necessariamente, ruins. Tentarei explicar meu ponto de vista.

Na evolução dos regimes políticos a humanidade passou por períodos em que práticas, atualmente condenadas, eram culturais e faziam parte do cotidiano.

Os milhões de praticantes do hinduísmo, conviveram e acho que até hoje convivem, sem remorsos, com uma população de intocáveis. Estes, membros da casta mais baixa, tinham numerosas proibições até recentemente. Sua única culpa era de nascerem como intocáveis. Nem por isso as outras castas eram ou são ruins, certamente encontraremos nelas muitas pessoas admiráveis e éticos.

China tolerou que sua Corte imperial fosse servida por centenas de eunucos, alguns chegaram a ser celebrados funcionários, até a queda da última dinastia, em 1911. Um

horror, porém sem significado no comportamento humano da nação. Na Itália encontramos uma tragédia cultural semelhante nos séculos em que nos palcos dos teatros brilhavam os castrados.

A escravidão esteve presente por milênios nas civilizações e, no julgamento de muitos, sua fase mais abjeta é o comércio de africanos, praticado por europeus em ambos os lados do oceano Atlântico. O herói da Independência dos Estados Unidos, George Washington, teve cerca de 150 escravos em sua propriedade, quando presidente do seu país. Creio que esta foi a razão pela qual Barack Obama jurou pela bíblia de Lincoln e não de Washington, na sua investidura como presidente dos Estados Unidos. No Brasil a escravocracia sobreviveu até 1888. Vários fundadores da nossa República tiveram escravos, nem por isso são excluídos das páginas gloriosas da história.

Aonde desejo chegar, é que posso rejeitar alguns hábitos e costumes, sem deixar de reconhecer as qualidades de uma pessoa. Julgamentos precipitados nunca cabem. É perfeitamente possível que praticantes da corrupção cultural, sejam até melhores do que aquelas que não a fazem. O importante é perceber o que são comportamentos dentro da moldura cultural em que o indivíduo vive, e o que não são. Sócrates, Platão e Aristóteles não questionaram a escravidão na Grécia, nem por isso deixaram de ter altos níveis éticos e morais. Indivíduos declaradamente contra escravidão, podem ter sido péssimos pais de família, cruéis comerciantes e cidadãos nefastos, imprestáveis.

Acho melhor apontar e criticar a corrupção e, se tiver um julgamento de corruptos, considerá-lo totalmente puntual, nunca cair no erro da generalização. As condenações devem-se deixar ao judiciário.

Mas este poder não é responsável pela corrupção?

Com certeza também é, porém não temos como mudá-lo com uma varinha de condão. Suprimi-lo seria a pior medida, teríamos a barbárie.

Em tempos de mudanças culturais, não faltam propostas radicais que agravam injustiças. Como a história demonstrou várias vezes, soluções populistas e autoritárias não constroem democracias.

Assisto na mídia e redes sociais trocas frequentes de pichações. Acusações de nazismo, fascismo e comunismo são lançadas nos adversários, muitas vezes por intelectuais. São apenas palavrões para enlamear, pois como ameaças de realidade política não servem. É possível que alguns as usem sabendo que é mentira, só para assustar alguma parcela da população. O Brasil não tem e nunca teve vocação para estes regimes autoritários. Quem sabe e, principalmente, quem teve ou tem vivência destes sistemas de terror inflexível, desumano, caracterizados pela falta total de liberdade, que semearam e ainda semeiam medo, guerras, campos de reeducação e de extermínio, economia doméstica em ruinas, sabe da diferença abismal entre eles e nossas condições subumanas e regimes militares.

Nossa corruptocracia rejeita sistemas totalitários.

Outa moda atual é pregar transparência e bem comum. Não vejo acontecer nenhuma das duas, apenas escuto palavras demagógicas.

Então o que fazer para endireitar esta corruptocracia?

Penso saber pouco, sei o muito que não sei e intuo alguma coisa.

Sei que a mudança está além do horizonte da minha vida.

Sei que a vida na corruptocracia brasileira é bem melhor do que na maioria das nações, mesmo para a população desprivilegiada.

Sei que a força motriz mais importante para a democracia é a educação. É o único mestre da cidadania consciente, livre e ativa na luta por ela.

Não sei como e quando o Brasil despertará para colocar suas fichas na educação. Bons exemplos não faltam, sobretudo na Escandinávia e Ásia.

Intuo que a correção do regime político durará, pelo menos, uma a duas gerações depois que as alterações na educação forem realizadas.

Coloco uma pausa nas minhas reflexões ainda na quarentena com as tragédias da pandemia assolando o país. Este é um período em que percebemos o caráter das pessoas e instituições. Encontramos compaixão aos que sofrem e ajuda aos que necessitam em toda parte. Temos um povo bom. Há funcionários de centros de saúde que se sacrificam em condições precárias para salvar doentes, assim como em muitos outros setores sobrecarregados de mil modos pela COVID-19. A resposta à pandemia não é competente nem na medicina, mas podemos nos orgulhar que exemplos de dignidade não faltam, estão presentes em todos os setores da atividade humana.

Nosso governo deveria evitar o uso da pandemia para fins políticos. Neste momento está fazendo uma CPI parlamentar que começou com a investigação da culpa do poder executivo pela falta de oxigênio em Manaus e o uso da cloroquina. Depois, pressionada pelas críticas, está incluindo outros assuntos e não sei onde vai parar. Possivelmente no vazio, o tempo dirá. Eu chamo-a de CPI da Vergonha. Na realidade, é um ato parlamentar sem vergonha alguma, porém o título “CPI sem vergonha” não me soa bem.

Trata-se de uma ação com o inequívoco objetivo político de influir nas eleições de 2022 que, canhestramente se escuda atrás da pandemia que em nada ajuda. O que teria sentido é anunciar CPIs das diversas modalidades de corrupção, dos desmandos administrativos, financeiros, legislativos e judiciários para quando a pandemia for superada, talvez daqui a um ano. Para minha satisfação alguns senadores se manifestaram neste sentido. O mais incisivo e severo foi Fernando Collor. O presidente do Conselho Federal de Medicina, Mauro Ribeiro, também fez uma declaração emocionante, condenando a impropriedade desta CPI.

Este inquérito parlamentar custa caro e tira tempo de reformas políticas, administrativas e fiscais que o Brasil necessita há muito. Em nada auxilia os esforços contra a coronavírus, é cedo para analisar as ações do governo e fiscalizar a utilização dos recursos. Nem sei como terminará, pois escrevo nos meados de julho. O que me parece correto é o repúdio do uso de uma pandemia, em que os óbitos já passaram de meio milhão e ainda milhares morrerão, para fins eleitorais. Deve doer na alma de milhões. Não sei se ajudo, mas lembro a frase do poeta sergipano, Jackson de Figueiredo, que tive a sorte de achar na adolescência e me acompanhou na vida:

NÃO HÁ DOR PARA SEMPRE ESTÉRIL,
SE SINCERAMENTE AMADA POR QUEM A SOFRE.

SOBRE O AUTOR

GYÖRGY MIKLÓS BÖHM (em português Jorge Nicolau Böhm) nasceu em Budapeste, Hungria, e chegou em Porto Alegre em dezembro de 1947. Formou-se médico na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contratado pela Universidade de São Paulo em 1962, trabalhou em regime de dedicação exclusiva à docência e pesquisa, primeiro na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e depois na FMUSP, em São Paulo, como professor titular, a partir de 1977. Tendo participado dos programas de rádio "Do Zero ao Infinito" e de TV "O Céu é o Limite", em 1957 e 1958, respondendo sobre Enrico Caruso, pois muito cedo apaixonou-se pela música e seu instrumento preferido era, e até hoje é, a voz humana, escreveu uma biografia do legendário tenor nas horas de lazer da profissão acadêmica. O livro foi publicado no ano de 2000, traduzido para o húngaro em 2003 e, posteriormente, para o inglês e espanhol só na modalidade digital, como eBook. Aposentado pela compulsória em dezembro de 2006, escreveu algumas outas obras alheias à sua área profissional: Um romance policial, *Stargazer – Crime na Baía de Kungkungan*, em 2010, inspirado em suas vivências de mergulhador. Publicado também em inglês como livro digital. A primeira biografia de Paciano Rizal, irmão do herói nacional das Filipinas, José Rizal. Livro em português publicado em 2012 e, como eBook, em duas versões em inglês. Dois livros de contos: *O Extraordinário, se procurar aparece, se ajudar acontece* (2016), livro e edição digital, e *Limpando Gavetas em Tempo de Quarentena* (2020), apenas em forma digital.

Ano 2021

O dilúvio de informações que nos inunda diariamente faz crer que nossos poderes executivos são incompetentes, imprevidentes e irresponsáveis, que ser parlamentar é antes uma profissão lucrativa do que um compromisso cívico, que os poderes judiciários favoreceram crimes de colarinho branco e os bandidos poderosos, que crime no Brasil compensa. Pensei comigo: algo está muito errado no meio em que vivo ou as notícias são apenas sensacionalismos à venda.

Este tempo de quarentena oferece tempo para pensar, analisar e escrever. Posso viajar ao passado, prestar atenção no presente e escrutinar o futuro, a fim de procurar respostas às dúvidas que me perturbam.

Como está a democracia brasileira? Somos mesmo uma nação democrática? Existem linhas vermelhas que não se pode passar? Outras democracias do Planeta sofrem dos mesmos males? Será que o Brasil Império foi melhor e não deveríamos ter passado à República Federativa? A democracia é realmente o melhor tipo de regime político? Afinal das contas, o que é a democracia e como deveria ser?

As respostas que penso ter encontrado são o conteúdo deste livrinho.

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021

O dilúvio de informações que nos inunda diariamente faz crer que nossos poderes executivos são incompetentes, imprevidentes e irresponsáveis, que ser parlamentar é antes uma profissão lucrativa do que um compromisso cívico, que os poderes judiciários favoreceram crimes de colarinho branco e os bandidos poderosos, que crime no Brasil compensa. Pensei comigo: algo está muito errado no meio em que vivo ou as notícias são apenas sensacionalismos à venda.

Este tempo de quarentena oferece tempo para pensar, analisar e escrever. Posso viajar ao passado, prestar atenção no presente e escrutinar o futuro, a fim de procurar respostas às dúvidas que me perturbam.

Como está a democracia brasileira? Somos mesmo uma nação democrática? Existem linhas vermelhas que não se pode passar? Outras democracias do Planeta sofrem dos mesmos males? Será que o Brasil Império foi melhor e não deveríamos ter passado à República Federativa? A democracia é realmente o melhor tipo de regime político? Afinal das contas, o que é a democracia e como deveria ser?

As respostas que penso ter encontrado são o conteúdo deste livrinho.

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br